

Julho

[19] **Curso Intensivo de Capacitação em Sexualidade Humana.** Instituto Brasileiro Interdisciplinar de Sexologia e Medicina Psicossomática. Início 19/07, término: 23/07, das 9h às 17:30h. Informações: (11) 5572-2260 / 5572-6942 ou www.isexp.com.br e isexp@isexp.com.br.

Agosto

[2] **Curso de Atualização: "Psicose e Autismo na Infância: Diagnóstico, Tratamento e Escolarização".** Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia – Prê-Escola Terapêutica Lugar de Vida. Inscrições de 5 a 30 de julho. Início: 02/08, término 29/11. Às segundas das 18h às 20h e das 14h às 16h. Informações: (11) 3091-4386 / 3091-4918 / 9225-8718 ou lugvida@edu.usp.br, www.usp.br/ip/vida.

[2] **XVII Curso de Aperfeiçoamento de Psicologia Aplicada a Cardiologia.** Departamento de Psicologia da Sociedade de Cardiologia de Estado de São Paulo. Centro de Eventos SOCESP / Conjunto Nacional, Av. Paulista 2073, Ed. Horsa I, 15 andar, cj 1510 – São Paulo. Início 02/08, término 24/11. Às segundas e quartas, das 14h às 16h. Informações: tel. 6163-9393 / 3179-0044 ou eventos@socesp.org.br, www.socesp.org.br

[4] **Curso de atualização: "A Escola Atravessada pela Psicanálise".** Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia – Prê –Escola Terapêutica Lugar de Vida. Início: 04/08, término 22/09, informações: (11) 3091-4386, 3091-4918, 9225-8718 com Bia Albano, ou lugvida@edu.usp.br e www.usp.br/ip/lvida

[7] **Curso de Especialização em Psicodrama e Especialização em Terapia de Casais e Famílias.** IBAP – Instituto Baruenense de Psicodrama, R. Rafaelle Mercadante, 2-59 – Jardim Estoril – Bauri – SP. Informações:

(14) 3224 – 3042 ou ibaponline@ig.com.br e www.ibaponline.hpg.com.br.

[12] **XIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental e II Encontro Internacional da ABA - Association for Behavior Analysis.** Início: 12/08/2004. Término: 15/08/2004. Local: Hotel The Royal Palm Plaza. Campinas (SP). Informações e Inscrições: www.abainternational.org/brazil ou informacoes@terapiaporcontingencias.com.br. Tel:(019) 3254-3055 / 3254-1107

[13] **Reunião Temática: "Quando se Fala em Clínica Psicanalítica, o Que Quer Dizer Clínica?".** Docente: Fabio Landa. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br / www.centropsicanalise.com.br

[16] **Colóquio Internacional Arquivos da Psicanálise. Laboratório de Psicopatologia Fundamental, Programa de Estudos Pós – Graduação em Psicologia Clínica,** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC –SP. Início 16/08, término: 28/08. Informações: (11) 3661 – 65109 ou psicopatologiafundamental@uol.com.br

[20] **15º Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em Terapia Sexual.** Instituto Brasileiro Interdisciplinar de Sexologia e Medicina Psicossomática e centro de Orientação e Desenvolvimento da Sexualidade – ABC - SP. Inscrições até 30 de julho. Informações: (11) 5572-2260/55726942 ou isexp@isexp.com.br e www.isexp.com.br

[27] **Debate: "O Humor na Clínica Psicanalítica".** Gratuito. Com Claudio Rossi, Karin de Paula Slemenson e Paulina Cymrot. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP.

Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br / www.centropsicanalise.com.br

Setembro

[3] **X Encontro da ABRAPSO : "A Psicologia Social e a Realidade Brasileira, por Onde e Para Onde Caminhamos".** Início: 03/09, término: 06/09 em Curitiba, Paraná. Informações: www.eventosrd.com.br

[4] **I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, VI Congresso Brasileiro de Psicologia. Fundamental.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- RJ. Início 04/09, término 07/09. Informações: (11)3661 – 6519 ou mtberlim@uol.com.br e www.amapsi.org.

[18] **Curso Breve: "Novas Dimensões da Corporeidade em Psicanálise".** Docente: Jurandir Freire Costa. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br / www.centropsicanalise.com.br

[22] **III Congresso Latinoamericano de Alternativas em Psicologia.** Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia, Acapulco, México. Data limite para envio dos trabalhos: 15 de agosto. Informações: info@amapsi.org e www.amapsi.org.

[22] **Seminário Teórico: "Novos Instrumentos de Intervenção na Clínica Psicanalítica".** Grupo de 4ª feira. Docente: Luiz Alberto Hanns. Centro de Estudos Psicanalíticos. Inscrições abertas: rua Alm. Pereira Guimarães, 378, Pacaembu, SP. Informações: (11) 3864-2330 ou cep@centropsicanalise.com.br / www.centropsicanalise.com.br

[25] **III Encontro de Análise Bioenergética e Terapias Corporais. Ligue – Análise Bioenergética.** Término 26/09. End. Rua Brigadeiro Faria Lima, 144 – Jardim Santana – Americana – SP. Informações: (19) 3462-4301, 3462-5483 ou ligare@ligare.psc.br e www.ligare.psc.br

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 140 • março | junho 2004

ABRAP

Nasce a Associação Brasileira de Psicoterapia

A entidade pretende envolver as várias abordagens teóricas existentes no Brasil

02 **Editorial**

Conversando com o Psicólogo A luta pela volta da Psicologia no segundo grau

Ciência e Profissão Psicólogos e atletas se unem na conquista da vitória

06 Questões Éticas Misturar Psicologia a práticas não reconhecidas é alvo de denúncias em São Paulo

Formação Novas Diretrizes Curriculares oxigena ensino superior

09 Opinião Artigo de Wagner Ribeiro alerta sobre a cobiça estrangeira pelas águas da Amazônia

Banco Social Banco Social atua no programa "De Volta para Casa"

12 Seção Aberta Nasce a Associação Brasileira de Psicoterapia

Eleições Conheça os candidatos ao CRP SP

16 Interior Protagonismo social ajuda integrar jovem em seu meio

Orientação Como se constrói a orientação na Psicologia

Políticas Públicas Programa da prefeitura de São Paulo ajuda 100 mil famílias

20 Nuestra América Latina Encontro no México proporciona troca de conhecimentos

Um Mundo Melhor é Possível Psicologia procura intervir contra a baixaria na mídia

24 Livros

Estante

26 Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Wanda Maria J. Aguiar de Aguiar
Vice-presidente | Kátia Rubio
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureiro | Rogério Izidro Duran

Conselheiros efetivos

Ana Mercês Bahia Bock; André Isnard Leonardi; Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimara Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rafaela Aparecida Cocchiola; Sérgio Antonio da Silva Leite

Conselheiros suplentes

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite
Membros | Elisa Sayeg

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes
(11) 5908-1307

Jornalista Responsável H. Carrijo (MTb 17.396)

Colaboração Fernando Porto, Roberto Lima, Maurício Synueh e Flávia Machado

Projeto gráfico e Edição Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto e Patrícia Gimeno

Impressão Bangraf

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“O MEC deixou à própria comunidade da Psicologia a iniciativa de conciliação. O texto aprovado e homologado das novas Diretrizes Curriculares é basicamente o que o grupo dos representantes da SBP e FENPB (ABEP e CFP) produziu, tendo por base o texto da Comissão de especialistas”

Martha Hübner

“Os trabalhos desenvolvidos com os jovens faz com que eles parem de depredar e se insiram como cidadão por meio de uma série de atividades visando o protagonismo dos adolescentes e de ações investidas de afeto nos espaços em que eles habitam, seja na escola, na zona rural ou no centro comunitário”

Carmem Justo

“Em razão da fragmentação epistemológica e política no campo e ante à ausência de um interlocutor representativo, a Psicoterapia vem correndo sério risco de testemunhar, à revelia dos profissionais e das instituições que a representam, uma regulamentação imposta de cima para baixo, a partir da redação de diretrizes inadequadas às complexidades envolvidas na prática”

Luiz Hanns

“É possível construir uma política para reforçar uma Psicologia em nosso continente. Temos o compromisso e a tarefa de reproduzir esse tipo de evento (II Seminário Diálogos com a Psicologia Latino-Americana, realizado no México) em outros países, oportunidades para a realização de contatos que gerem, além de incrementar as relações entre os psicólogos de culturas diferentes, mas com muitas identidades”

Odair Furtado

V CNP define diretrizes de ação

Nos dias 17 a 20 de junho, em Brasília, aconteceu o V Congresso Nacional da Psicologia. Foram 166 delegados, dos 15 Conselhos Regionais de Psicologia, que durante quatro dias definiram as diretrizes de ação para as próximas gestões 2004/2007.

Os Congressos Nacionais, instâncias democráticas do Sistema, são um marco para o início do processo eleitoral no Sistema e, portanto, um marco de finalização de gestões. É durante o V CNP e durante os 15 COREPs (Congressos Regionais que antecedem o Congresso Nacional) que as chapas candidatas à próxima gestão dessas entidades se inscrevem para o pleito. São Paulo já tem seus candidatos, que esse Jornal traz em uma de suas matérias, e o CFP também já tem seus candidatos.

O Congresso Nacional da Psicologia é assim um marco importante para os psi-

comprometidas com o fortalecimento das entidades da Psicologia no Brasil e com a busca da construção de uma Psicologia latino-americana.

As várias áreas da Psicologia estiveram em debate; os instrumentos psicológicos, o código de ética, o registro de especialistas e o Banco Social de Serviços em Psicologia foram objeto de calorosas e cuidadosas discussões.

Um clima construtivo e de compromisso com o futuro da Psicologia marcaram o evento.

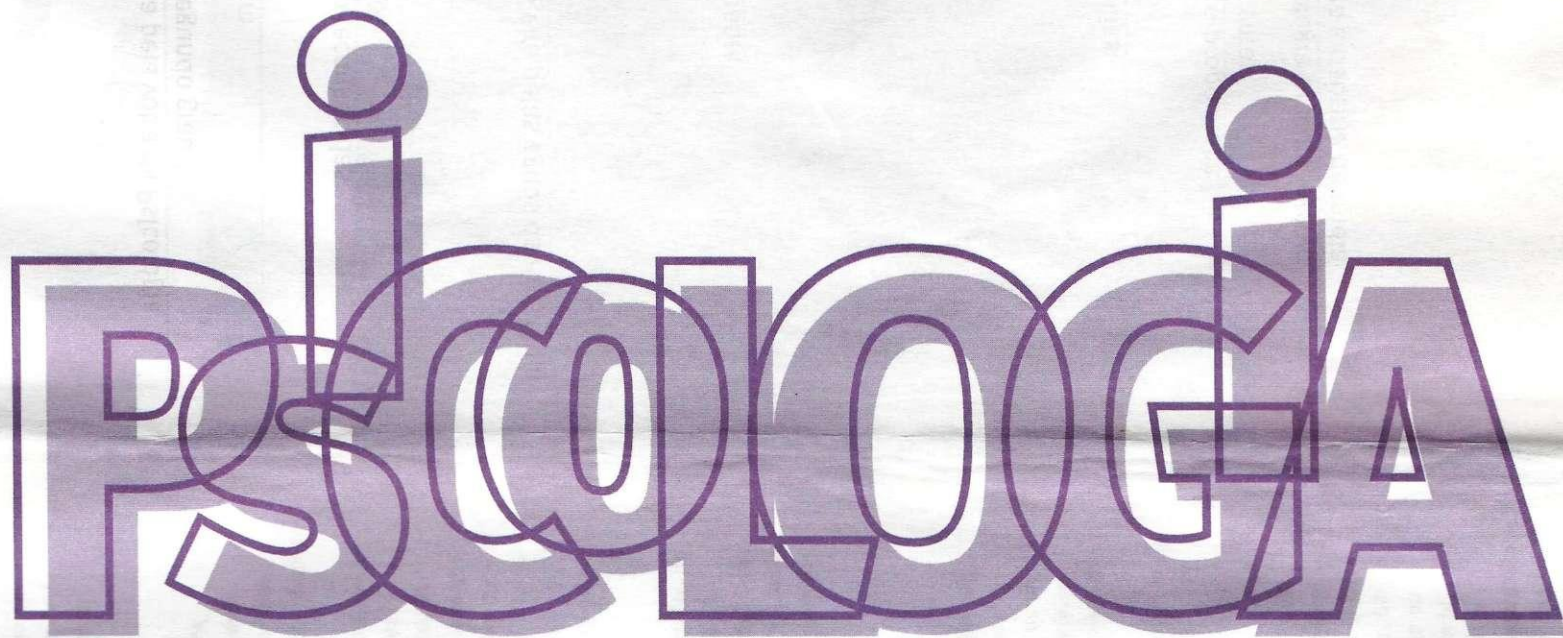
Importante também registrar a presença do Ministro Nilmário Miranda, dos Direitos Humanos, e do representante do Ministro Humberto Costa, da Saúde, na solenidade de abertura do V CNP. Estiveram ainda compondo a mesa e acompanhando todo o evento representantes do Fó-

rum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e como a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia são fortes indicativos de que o futuro da Psicologia, no Brasil, é projetado e construído a muitas mãos. Isso nos torna pouco corporativos; isso nos torna fortes.

As lutas estão aí; os corpos para o trabalho também; os projetos são coletivos; os princípios são democráticos e o compromisso é com as urgências brasileiras.

Os Conselhos de Psicologia ocupam, hoje, um lugar importante na construção dessa força; e ocupam esse lugar porque trabalham para isso.

Nos próximos meses, as deliberações



cólogos, pois o destino de suas entidades profissionais é decidido por um conjunto de psicólogos, eleitos para essa tarefa, e a partir da aprovação de teses construídas nos pré-congressos, que antecedem os COREPs.

E o projeto de futuro da Psicologia está relacionado, dadas as teses aprovadas, a um compromisso com as urgências sociais de nosso país; com a defesa dos direitos humanos e a luta por políticas públicas que respondam às necessidades da população brasileira. Está relacionado ainda à busca da qualificação profissional, que garanta uma psicologia ética e tecnicamente aprimorada. As gestões estarão também

rum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura e da Coordenação Nacional de Entidades Estudantis da Psicologia, a CONEP.

E começou o processo eleitoral.

Entramos em uma fase de debates das plataformas eleitorais e estaremos nos preparando para, em 27 de agosto próximo, eleger os futuros gestores dos Conselhos Federal e Regional de São Paulo.

Tudo isso demonstra os avanços dos Conselhos de Psicologia no Brasil. Durante muitos anos, os Conselhos tiveram uma ação tímida na construção do futuro da

do V CNP estarão sendo divulgadas. No final do ano, os psicólogos terão novo Código de Ética; em abril de 2005, terão um encontro com psicólogos da América Latina, no Congresso da ULAPSI. Em setembro de 2004, os Conselhos Regionais terão nova direção; em dezembro, o Conselho Federal renova sua gestão.

Os psicólogos paulistas devem estar atentos a todos esses eventos e compromissos, pois é preciso a participação de todos. Somos 52 mil psicólogos, dentre quase 130 mil psicólogos no Brasil. A responsabilidade de colaborar no projeto nacional é, portanto, bastante grande... mas há muitas mãos. Mãos à obra! •

Cartas

Errata

••••• Gostaria de levantar uma dúvida em relação ao caso transcrito no referido jornal, na pág. 09 "Elaboração de documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica". Gostaria de apontar no penúltimo parágrafo do referido texto que a Resolução n. 17/02 que regulamenta os documentos decorrentes de Avaliação Psicológica já está desatualizada.

Sidney Kiyoshi Shine - CRP 06/18.950

Agradecemos a colaboração e informamos que esta edição do jornal inaugurou efetivamente a matéria. Isso nos custou um tanto de trabalho, referente a dúvidas quanto à melhor forma de produzi-la, alteração de dados, cuidados a serem tomados, caráter da própria matéria. A mesma entrou na edição do jornal sem tempo hábil para revisão e nesse processo não atualizamos o número da Resolução. A Resolução correta é a n° 07/2003.

Comissão de Ética

Contribuição confederativa

••••• Gostaria de obter informações sobre a ação do sindicato sobre a contribuição confederativa, se possível uma copia da sentença, nota que foi publicada no Mural da edição 139.

Maria Márcia Nogueira Herdade, CRP06/20527

A cópia poderá ser obtida no Sindicato dos Psicólogos de São Paulo pelo telefone (11) 3062-4929.

Comissão de Comunicação

Psicologia no ensino médio

Profissionais pedem a volta da disciplina nas escolas

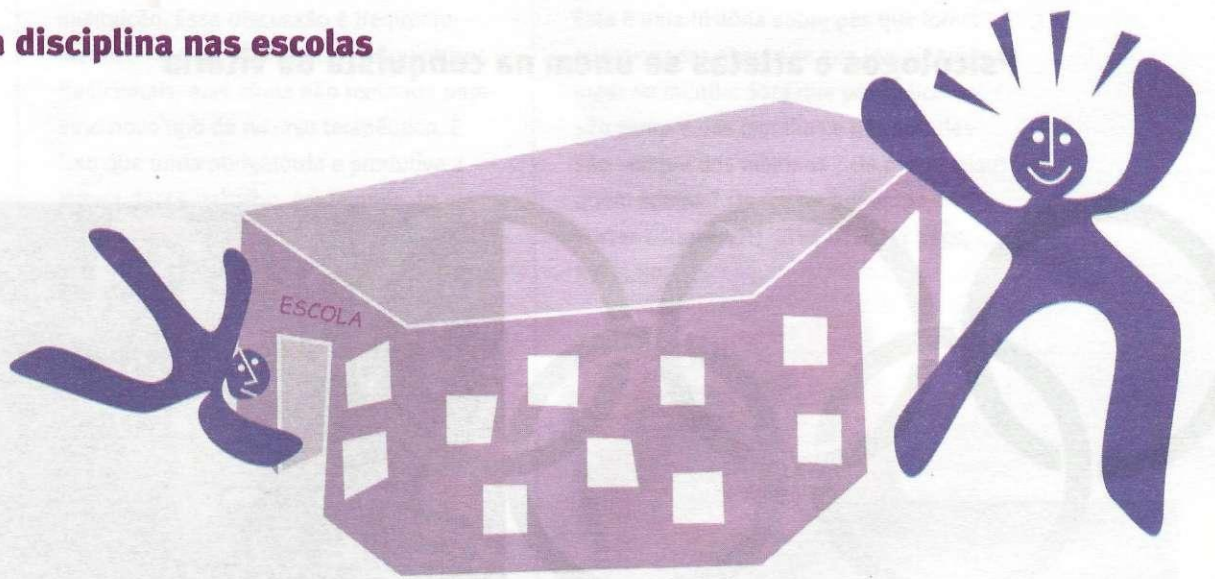
Português, História e Geografia são algumas das matérias consolidadas da área de humanas que figuram, atualmente, na grade curricular do ensino médio no Brasil. A Psicologia já esteve entre elas, mas foi excluída por ato do Regime Militar que baixou a Lei Federal 5.692 de agosto de 1971. Desde então, a matéria de Psicologia foi sendo ignorada pelo ensino público. Os psicólogos se mobilizam agora para ressuscitar o assunto, aproveitando os problemas sociais que o país enfrenta.

A partir de 1980, começou a haver uma aproximação entre o CRP, a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, a ASESP, e um grupo dos filósofos. Foi iniciado, na época, um movimento no sentido de trazer de volta três disciplinas para o segundo grau: Psicologia, Filosofia e Sociologia. "Conseguimos uma boa parceria com a CENP (Coordenadoria de Ensino Pedagógico), órgão da Secretaria de Estado da Educação, responsável pelos currículos de ensino. Com a CENP, foi montado um grupo de trabalho envolvendo Sindicato e Conselho", conta o Conselheiro do CRP de São Paulo, Sérgio Leite. Ele ressalta que o grupo tinha como objetivo pensar uma nova perspectiva para a Psicologia. "Nós não queríamos uma Psicologia burocrática, que só desse emprego. A gente queria que ela retornasse à sua vocação, de ser uma área de conhecimento voltada para a formação dos jovens, auxiliando-os a construir uma visão crítica da vida e da sociedade", diz.

Já em 1982, surge a Lei Federal 7.044, que altera dispositivos da 5.692 e, com isso, a Psicologia volta para o Ensino Médio, mas não como disciplina obrigatória. "Isso tudo na esfera da escola pública, porque teve estabelecimento de ensino particular que nunca retirou, por uma questão de opção, a Psicologia de sua grade", observa Sérgio Leite. No entanto, em 1996, a LDB excluiu a disciplina, porque, no ano anterior, o setor de Psicologia no ensino médio da CENP fora desativado.

Os reflexos da medida podem ser mensurados pelos dados da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que revelam que de toda a rede estadual de ensino - cerca de seis mil escolas - 3.345 dispõem de ensino médio. Destas, 679 ainda oferecem aos alunos a disciplina de Psicologia. O sindicato dos Psicólogos de São Paulo apresenta outros números. Dos 230 mil professores do ensino fundamental e médio, somente 1.117 educadores lecionam a matéria. E somente 71 professores de Psicologia atuam nos 54 Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMS) em todo o Estado.

A Psicologia está colocada no bloco das ciências humanas, sem, porém, que fossem explicitadas a denominação e a carga horária formal de disciplina. O documento apenas sugeriu que, ao serem tratados assuntos como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, os conhecimentos sobre Psicologia poderiam ser transmitidos por meio de "diversas alusões, explícitas ou não". Para muitos, isso foi o mesmo que banir a Psicologia do ensino médio. A tendência das escolas é optar por conteúdos mais técnicos em detrimento de disciplinas mais humanistas, como Psicologia.



Na tentativa de modificar esse quadro, o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, juntamente com os professores de Filosofia e Sociologia, luta pelo retorno das disciplinas ao ensino médio. Na Assembléia Legislativa, cinco projetos de lei, que tratam da matéria, beneficiando o exercício do trabalho do psicólogo nesse estágio do ensino, aguardam sua vez de votação. No caso específico da aprovação da obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Psicologia no ensino médio, o PL 237/01, do deputado estadual Cândido Vacarezza. Pela proposta, a disciplina deverá ser ministrada por professores habilitados em Psicologia e a definição do conteúdo programático e da carga horária ficaria a cargo da Secretaria de Estado da Educação, que contaria com a contribuição de especialistas e de entidades representativas da Psicologia no Estado.

De acordo com o autor do projeto, o sistema de ensino tem importância estratégica para a consolidação de um modelo de sociedade. "É a escola que forma o cidadão, que ajuda a manter ou modificar o padrão social vigente, dependendo de quais valores forem transmitidos pelas práticas educativas, como se ensina e, através dos conteúdos educacionais, o que se ensina", argumenta. "É nesse sentido que a disciplina Psicologia tem papel importante a cumprir, pois possibilita o acesso a conhecimentos que contribuirão para formação dos alunos estimulando sua reflexão sobre a concepção de ser humano, indivíduo e cidadão, propiciando situações que permitam se repensarem como sujeitos produtores para suas vidas, mas não isolados da história e da sociedade. Tal compreensão fa-

cilitará a formação de um senso crítico que pode desembocar na construção de projetos de vida transformadores que tenham como norte a defesa de direitos sociais, cidadania e justiça", justifica o parlamentar.

A volta da obrigatoriedade da disciplina de Psicologia na grade curricular é uma das bandeiras da campanha "Por Mais e Melhores Empregos", organizada pelo Sindicato e que visa a valorização da categoria. No site www.sinpsi.org.br, no link da campanha, há um texto para cada um dos cinco PL e, também, um espaço para o envio de mensagens aos parlamentares reforçando a importân-

“A disciplina Psicologia tem papel importante a cumprir”

Deputado Cândido Vacarezza

cia da aprovação dos projetos que pretendem contribuir para um ensino público de qualidade. A ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) também está tomando essa questão em suas mãos.

O conselheiro Sérgio Leite dá destaque à importância da volta da Psicologia às escolas brasileiras. "Hoje, as condições sociais se tornaram mais degradantes, do que quando lutávamos pela mesma causa na década de 80. Se levarmos em consideração as mudanças nesses 20 anos, as condições sociais são muito mais complicadas, o que justifica uma disciplina com enfoque para a cidadania. Para ganhar espaço, temos que construir boas propostas", argumenta ele. ●

Psicóloga se queixa de descaso da política de ensino

A professora de Psicologia Eliete Palhares Benetti, de uma escola pública de Catanduva, interior paulista, foi pega desprevenida, no início do ano letivo de 2004, ao chegar à Diretoria de Ensino da cidade. Ela conta que recebeu, repentinamente, a notícia de que a disciplina tinha sido excluída da grade curricular em virtude, conforme argumentação de alguns diretores, de "o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP ter sido lamentável. Segundo ela, o corpo docente decidiu excluir a Psicologia para acrescentar uma aula da disciplina de Português".

Ela afirmou que os professores de Psicologia (disciplina que existia havia mais de 15 anos), souberam da decisão na semana da atribuição das aulas, numa demonstração de descaso e desrespeito. "E agora, quem vai abordar assuntos como relações familiares, gravidez na adolescência, DST e mercado de trabalho, entre outros?", questiona Benetti. "Era uma disciplina que gerava resultados importantes para a comunidade, principalmente para nossos jovens", lamentou a professora.

Muito além do pódio

Psicólogos e atletas se unem na conquista da vitória

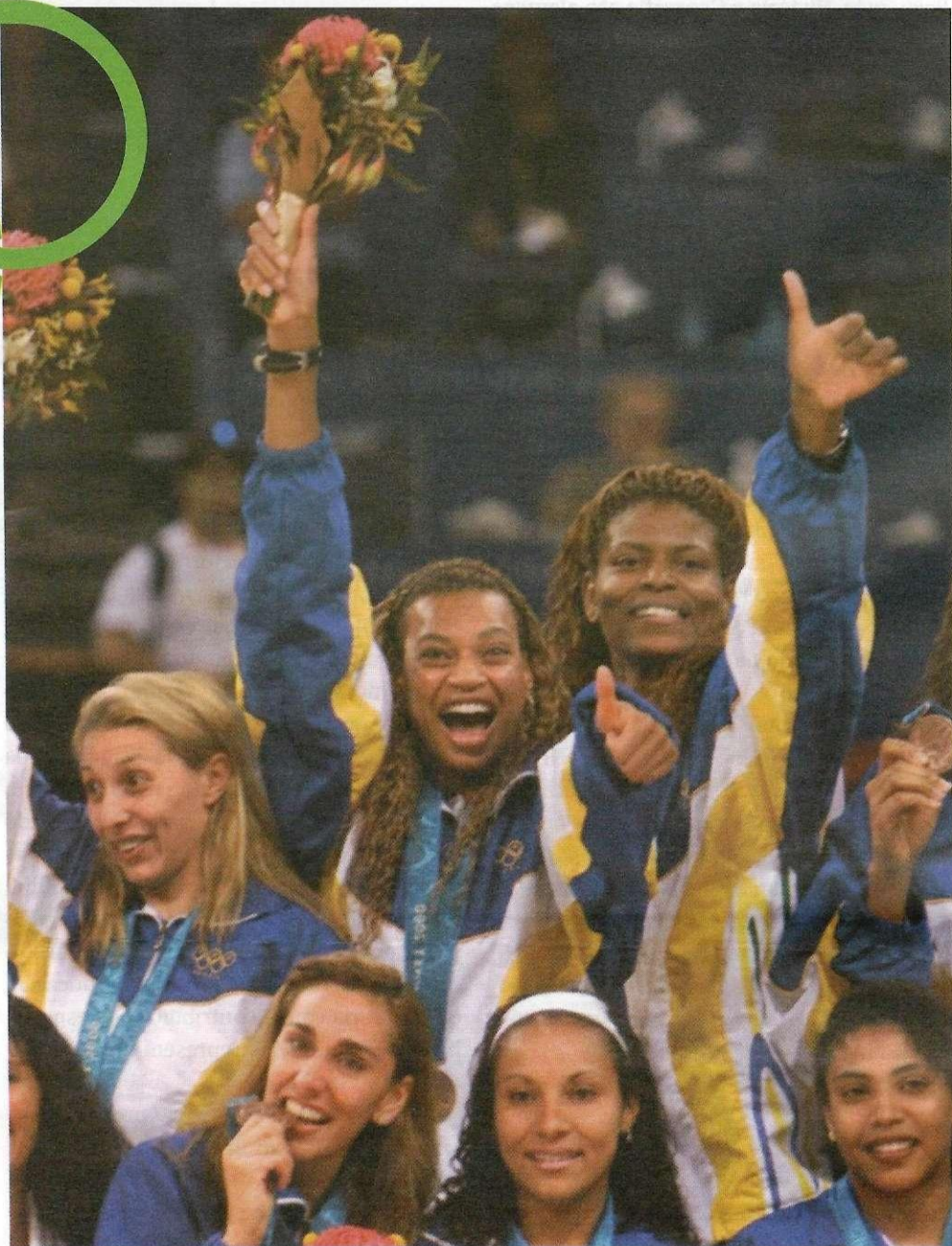
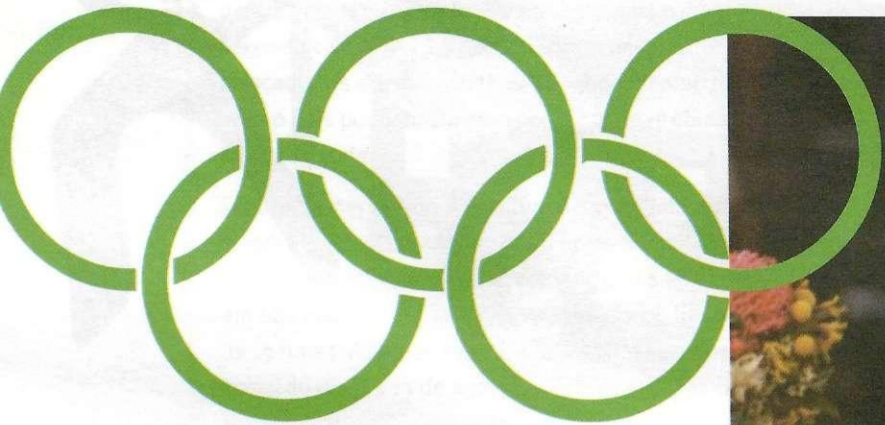


Foto: Osmud Alves/Folha Imagem

Ser flexível é uma característica importante para o sucesso do psicólogo que atua na área do esporte. É uma espécie de pré-requisito. Ora ele desempenha suas atividades em uma simples sala, ora está na arquibancada de um ginásio. Também pode ser encontrado no jardim de um clube ou à beira de uma piscina. A Psicologia do Esporte é uma área que vem seduzindo os psicólogos e conquistando mais espaço e respeito na sociedade brasileira, principalmente depois do ano 2000, quando passou a ser considerada uma especialidade profissional.

Na década de 50, o psicólogo brasileiro João Carvalhaes já atuava no São Paulo Futebol Clube e também na Seleção Brasileira de Futebol e, a partir daí, os psicólogos do esporte vêm atuando nos clubes esportivos. No Brasil, a partir dos anos 90, observou-se o início da participação de psicólogos de forma mais abrangente, transformando a Psicologia em uma área de destaque no esporte brasileiro. “Sem dúvida é um trabalho diferenciado das demais especialidades da Psicologia. Estamos em contato diário com o paciente, seja onde for e quando for. Estamos onde o atleta estiver”, diz a psicóloga do Esporte e conselheira do CRP-SP, Kátia Rúbio.

Um aspecto que chama a atenção, quando se fala em Psicologia do Esporte, é a forma com que ela tem se expandido em termos de mercado de trabalho. “Essa área tem experimentado avanços nos últimos 10 anos no Brasil. Cada vez cresce mais o número de escolas e clubes interessados no trabalho desse especialista”, garante. “Somos produtivos. Fazemos pesquisas e contamos com o apoio de bolsas disponibilizadas pelo CNPq”, acrescenta ela. “A importância que tem sido dada a esse especialista é proporcional à que o próprio esporte tem ocupado na sociedade brasileira”, comemora.

Atuando na área há aproximadamente uma década, Kátia Rúbio, também professora da Escola de Educação Física e Esporte da USP, destaca a evolução da especialidade. “Antes havia muita incompreensão, resistência e preconceito dos próprios colegas. Pensava-se que trabalhar com Psicologia do Esporte era diversão”, recorda. “Esse conceito já está mudando”, alivia-se.

Para Sâmia Hallage Figueiredo, professora da UNINOVE, o trabalho na área ainda é pouco reconhecido. Ela começou a trabalhar como psicóloga no voleibol e no ano seguin-

te passou a atuar junto à Seleção Brasileira Juvenil e Infanto-Juvenil de Vôlei Feminino. “Um dia uma colega de profissão me perguntou se a Psicologia do Esporte tinha futuro. Respondi que sim. Acredito que ainda engatinhamos. Há muito que pesquisar e aprender”, diz Sâmia, que formou-se em dou-

“A importância que tem sido dada ao psicólogo do esporte é proporcional à que o próprio esporte tem ocupado na sociedade brasileira”

Kátia Rúbio

torado pelo Instituto de Psicologia da USP com a tese “Estudo com Atletas de Voleibol: a Comunicação e o Rendimento nos Treinamentos” e foi orientada pela profa Rachel Rodrigues Kerbauy.

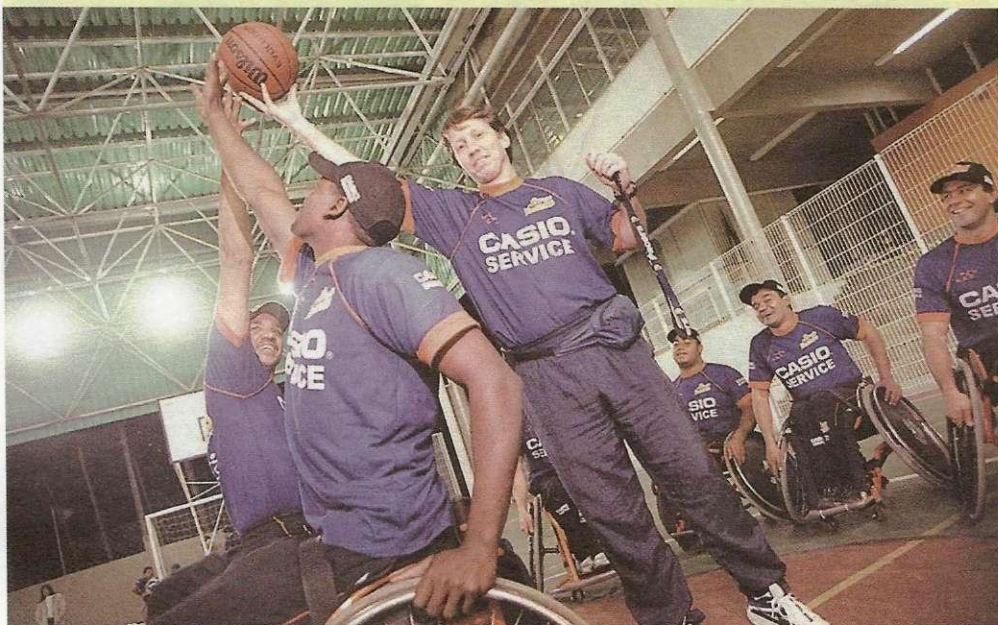
A Psicologia do Esporte é considerada uma área nova. Como disciplina, consta no currículo de poucas instituições de ensino superior e, geralmente, o profissional busca especialização na pós-graduação. “Estamos

empenhados no fortalecimento da construção do papel desse profissional, buscando condições de uma melhor formação, que garanta a qualidade do trabalho”, conta Kátia Rúbio. Essa também é a preocupação de Sâmia Figueiredo que, além de atuar com atletas, é professora da disciplina Psicologia da Educação e do Esporte, nos cursos de Educação Física e de Psicologia, em São Paulo. “Esse curso de Psicologia está no seu segundo ano e tem na grade de disciplinas obrigatórias, a disciplina de Psicologia do Esporte. Não conheço outro caso em São Paulo. Todos os cursos de Educação Física têm Psicologia do Esporte. Mas os próprios cursos de Psicologia não têm”, lamenta.

Diversidade - As áreas de atuação para o psicólogo do Esporte são diversificadas. Ele pode atuar junto ao atleta em esportes de auto-rendimento, como o vôlei e o nado sincronizado, preparando-o para competições. “Buscamos maximizar o rendimento do atleta. A preparação psicológica é um dos diferenciais no resultado do vencedor”, enfatiza a Kátia Rúbio. O psicólogo do esporte tem, ainda, papel relevante no processo de reabilitação de atletas lesionados ou contundidos.

Ele pode ser encontrado em diversos projetos sociais mantidos pela iniciativa privada no Brasil. “Há quase seis anos venho desen-

Preparação para as Olimpíadas



Nas Olimpíadas de 2000, realizadas em Sydney, na Austrália, houve a participação de psicólogos na delegação brasileira, coordenados pelo médico psiquiatra Roberto Shinyashiki. Em 80 anos, foi a primeira vez que a delegação levava um

profissional especialista na preparação psicológica de atletas. Agora, em Atenas, na Grécia, a maioria dos atletas brasileiros deve competir sem acompanhamento do psicólogo do esporte. "O Comitê Olímpico Brasileiro - COB, ainda não despertou para a necessidade", la-

menta Kátia Rúbio. "Nas equipes que participarão das Olimpíadas ainda há pouca preparação psicológica", observa. Para Marisa Markunas, "a interferência de um profissional da Psicologia seria uma influência positiva para os atletas".

Entre os dias 17 e 28 de setembro, duas semanas após o término das Olimpíadas de 2004, na Grécia, Atenas dará as boas-vindas a 4 mil atletas paraolímpicos de 130 países, incluindo o Brasil. Eles disputarão as Paraolimpíadas, o segundo maior evento esportivo do mundo, perdendo apenas para as Olimpíadas. Durante 12 dias, estarão em ação os melhores atletas paraolímpicos do mundo.

Trabalhando com o paradesporto, a psicóloga Sâmia Figueiredo esteve nos Jogos Pan-americanos de 2003, com o vôlei paraolímpico. Agora, estará atuando na preparação do basquete em cadeira de rodas, que vai às Paraolimpíadas de Atenas. "O ideal seria que cada modalidade, que cada time tivesse o seu psicólogo e pudesse contar com ele na competição. Mas isso ainda é um sonho", reconhece.

volvendo um trabalho junto a atletas em formação e hoje coordeno o trabalho de Psicologia do Esporte do Finasa Esportes, atuando com as atletas nas categorias de base - formação de jovens atletas dos 13 aos 19 anos em vôlei e basquete - hoje aproximadamente 170 jovens, com a equipe adulta de voleibol (atual bicampeã da superliga - campeonato nacional) e, ainda, atuando no Projeto Esportivo Social dessa mesma instituição na cidade de Osasco, com cerca de 4 mil meninas", revelou a psicóloga Marisa Markunas.

Ela ressalta que o trabalho de educação através do esporte é feito juntamente com os professores. "Desenvolvemos uma metodologia própria para que haja uma intencionalidade na prática do professor em relação às crianças, procurando o desenvolvimento de noções de cidadania, a cooperação e o autocuidado, por exemplo. São realizadas reuniões sistemáticas com os professores, além do desenvolvimento de ações específicas junto às alunas, como palestras ou campanhas educativas", explica Markunas.

Multidisciplinar - Para Sâmia Figueiredo, a parceria entre o psicólogo e a comissão técnica é importante na obtenção de melhores resultados. "Na seleção juvenil e infanto-juvenil de vôlei feminino, tenho a oportunidade de estar com dois técnicos que acreditam e incentivam meu trabalho. É uma parceria. Não dá para o psicólogo se isolar", afirma. Tal parceria resultou no livro "Psicologia Aplicada ao Esporte". Sâmia é co-autora com o técnico Luizomar de Moura de um capítulo da obra.

A psicóloga do Esporte Marisa Markunas também defende a necessidade do trabalho multidisciplinar. "Aí está um dos desafios da prática: afinar as linguagens e o propósito do trabalho. Desenvolver as condições emocionais e cognitivas do atleta demanda abertura e disponibilidade por parte de todos os envolvidos, desde a direção da instituição, passando pela comissão técnica e pelos próprios atletas", reforça. Ela diz que "o profissional da área deve buscar, diariamente, a clareza

de seu papel e saber das limitações de atuação, pois é possível que seja atribuído a ele a solução de todos os males, a salvação da condição do atleta ou da equipe. Se o psicólogo comprar essa idéia, corre o risco de oferecer mágica e não Psicologia, que demanda vínculo, comprometimento e seriedade por parte de todos", alerta.

Para esses profissionais, a recompensa está bem além da pura conquista de uma medalha ou de um troféu. A vitória do atleta, para o psicólogo do esporte, tem um sig-

nificado amplo, que vai além do pódio. "O atleta que se recupera de uma lesão também é um vencedor. Todo o desenvolvimento que ele apresenta no processo de recuperação é uma grande conquista", exemplifica a professora da USP, Kátia Rúbio. "De uma maneira geral, as diversas demandas no contexto da Psicologia do Esporte eu entendo como desafios. São tarefas importantes lidar com stress e, até mesmo, com o abandono da prática esportiva", complementa Marisa Markunas. ●

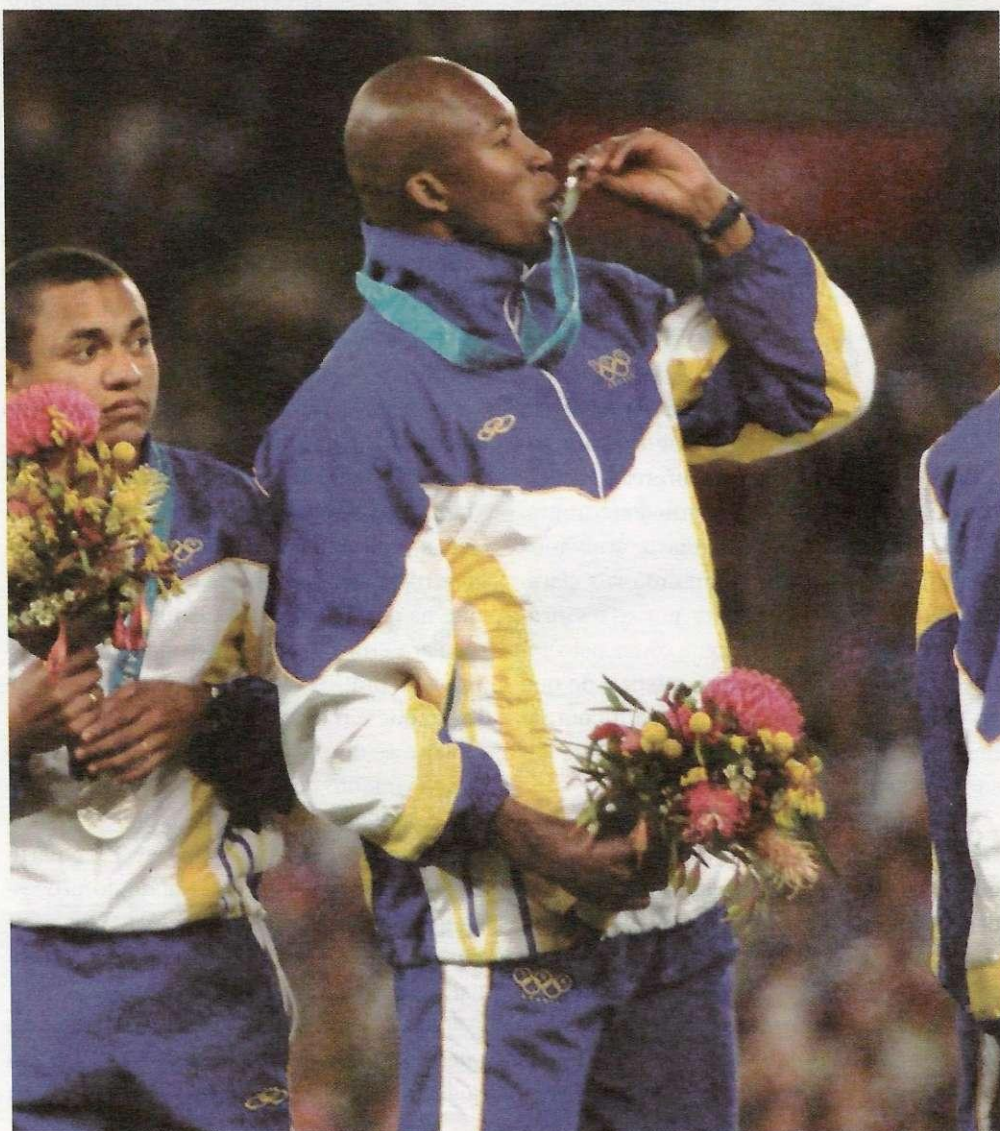


Foto: Osmud Alves/Folha Imagem

Psicologia e misticismo não se misturam

O aumento no número de denúncias de profissionais, que incluem práticas místicas em suas sessões, preocupa por deturpar a imagem da profissão

O item “e” do Artigo 2º do Código de Ética, que dispõe sobre Responsabilidades Gerais do psicólogo, prevê que a ele é vedado “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais ou religiosas, quando do exercício de suas funções profissionais”. Já o item “c” do Artigo 1º determina que o profissional preste “serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional”. Ou seja, a Psicologia não pode se misturar a práticas que envolvam fé ou misticismo, uma vez que ela se propõe, através da atuação de seus profissionais, uma relação diferente da proposta por esses campos. São práticas próprias do homem desde a Antiguidade, em que o conhecimento sobre o sujeito era de domínio religioso e os problemas patológicos (que nem levavam essa denominação, mas eram considerados de possessão ou sobrenaturais) das pessoas eram levados a curandeiros, xamãs, bruxos, astrólogos ou sacerdotes de diferentes crenças.

A onda mística, que assola o País já há alguns anos, bateu às portas da Psicologia, gerando conflitos no exercício profissional. Para se ter uma dimensão do problema, cerca de 25% dos processos no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo são relativos a denúncias contra psicólogos que inserem práticas místicas ou não reconhecidas pela

profissão em suas sessões psicoterápicas, comprometendo o trabalho psicológico e a imagem da profissão no Brasil.

“Os usuários, por represen- t a r e m muitas vezes um público leigo, não denunciavam, porque aceitam aquilo que o profissional oferece na sessão como Psicologia.

Por conta disso, acabamos identificando o problema, muito mais claramente, na publicidade feita por esses profissionais, que se promovem como psicólogos ligados a alguma prática mística, do que na denúncia de usuários”, revela a coordenadora da Comissão de Ética do CRP-SP, Elisa Zaneratto Rosa.

Ela afirma que surgem muitos e variados casos que ferem o artigo 2º, como aqueles que oferecem e desenvolvem terapia de vidas passadas ou que realizam com o cliente algum tipo de ritual místico ou religioso, como acender uma vela para um santo ou dar um “passe” espiritual no paciente. “Se o psicólogo oferece algum tipo de prática mística, ou não reconhecida, ele não pode mis-

turá-la à prestação de serviço psicológico. Se ele é, ao mesmo tempo, astrólogo e psicólogo, deve separar constantemente as duas atividades, seja no cartão de visitas ou em outras formas de divulgação, nos locais em que trabalha, nas atividades que realiza, quando procurado para cada tarefa. Vincular as duas coisas e oferecer àquele que procura a Psicologia uma prática que não pode ser reconhecida enquanto tal é deturpar a profissão”, adverte Elisa.

A professora de Ética Profissional na PUC-SP, Bronia Liebesny, acrescenta que parte do problema é de responsabilidade da categoria. “A própria classe falou por muitos anos o ‘psicologuês’. E não deixou claro para a população sua atividade, atuação e limites”, observa. Ela lembra que, de acordo com várias pesquisas sobre a imagem do profissional, o imaginário popular associou, no decorrer da história, o trabalho do psicólogo a outras inúmeras atividades que se prestavam aparentemente aos mesmos objetivos. Alguns autores usaram e pensaram produções culturais que serviram de base para suas teorias. “Por desinformação, essas produções culturais fizeram com que estudantes/profissionais e as pessoas, em geral, passassem a considerá-las a própria Psicologia”, afirma Liebesny.

Quando as práticas alternativas, incorporadas à psicoterapia, envolvem a fé em uma religião, a situação se torna mais complicada. Bronia cita, como exemplo, a chamada “terapia de vidas passadas”, que propõe ao paciente a crença na reencarnação, e é considerada inaceitável pela Psicologia, porque, ao procurar a origem do problema em “outra vida do paciente”, ao invés da concepção deste como ser ativo, prega um tipo de passividade, de desresponsabilização do indivíduo. “A pressuposição de que há vidas passadas pode ser válida para muitas pessoas, mas não pode fazer parte da Psicologia, porque há o preceito da fé”, explica.

Para Bronia, além da questão de fé, esses tipos de prática fogem ao objetivo da Psicologia, que é o de permitir ao indivíduo controlar e se apropriar de seu processo de desenvolvimento das relações. “Para a Psicologia, o indivíduo é um sujeito ativo na solução dos problemas, nas relações. Ele é partícipe na construção de sua saúde no processo de desenvolvimento psicológico, não importando qual é a linha teórica do profissional”, enfatiza.

“Se o paciente é ativo em seu processo, a questão não pode ser colocada num plano do qual ele não possa dar conta. O indivíduo tem

de lidar com suas próprias questões”, argumenta. Ela observa que, se essas atividades não respondem aos objetivos da Psicologia, obviamente não fazem parte da atividade. A professora comenta que várias pesquisas so-

“Muitos psicólogos utilizam técnicas alternativas que acham que vai auxiliar na satisfação dessa demanda. Porém, muitos saberes – apesar de serem respeitosos – não são da Psicologia”

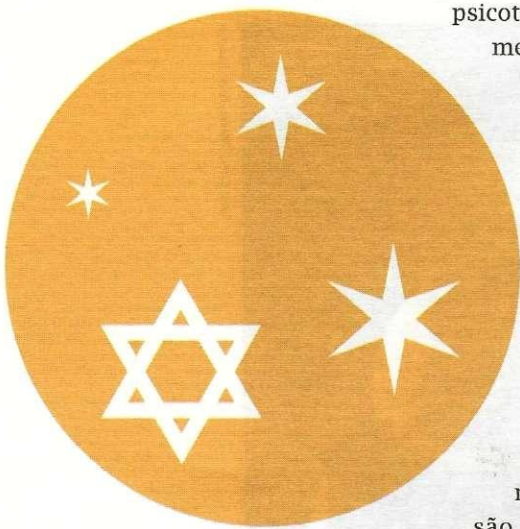
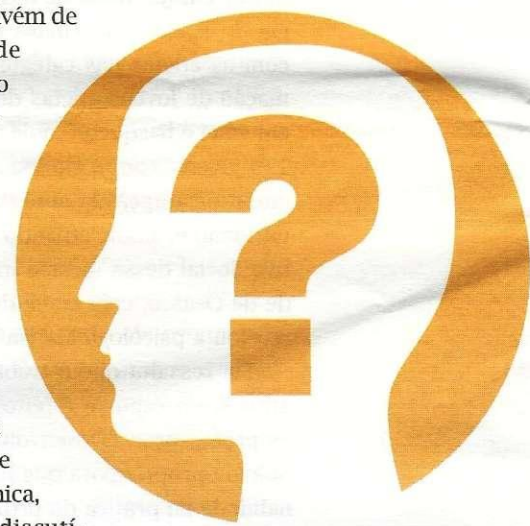
Bronia Liebesny

bre a imagem do psicólogo perante o leigo apontam para a visão de um indivíduo que tem quase super-poderes, com capacidade de ler a mente e ver o interior do paciente. “Isso advém de sua sensibilidade de ouvir o sujeito e ajudá-lo a resolver seus problemas – que é já algo discutível enquanto conceituação porque não são todas as teorias que concordam com essa leitura. Isso supõe um poder da técnica, que também é discutível”, afirma.

Ela diz que faz parte do senso comum pensar que o psicólogo tem esse poder. No decorrer da história social, o psicólogo era visto como um sucessor ou quase um adjunto do médico que tinha condições para resolver problemas físicos e metafísicos. “As pesquisas mostram que, para o usuário, o psicólogo se aproxima do médico e às vezes do padre, pois é sensível, confiante, e não revela os segredos”, afirma.

Se essa imagem se fortaleceu e a categoria não se empenhou em desfazê-la, é natural que a natureza da demanda pelos atendimentos psicológicos inclua soluções de ordem mística. “Se formos levar em conta a Psicologia, tal como ela se propõe, ela nem é resolutiva e muito menos imediatista. Seja qual for a técnica utilizada, ela tem por objetivo lidar com as condições que levam o indivíduo a apresentar aquele determinado comportamento, o modo como as relações estão ocorrendo e também as condições que levam a isso”, diz a professora da PUC-SP, Bronia Liebesny.

Para ela, cabe ao psicólogo dizer ao usuário, que está fragilizado, quais são os limites da psicoterapia. “Se o profissional não faz essa explicação, ele estará alimentando



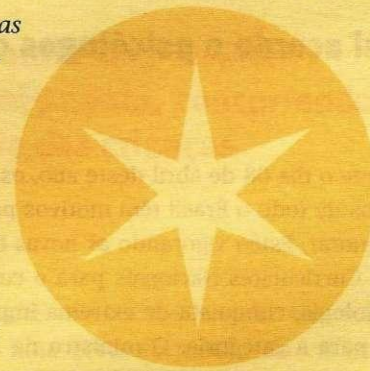
uma expectativa. E acontece que, premidos por satisfazerem essa expectativa, muitos psicólogos utilizam técnicas alternativas para auxiliar na satisfação da demanda. Muitos saberes - apesar de serem respeitosos -, não são da Psicologia. A Astrologia, por exemplo, é um corpo de conhecimentos, que tem objetivos diferentes da Psicologia. Temos de respeitar esses saberes, mas deixando claro que são saberes de outra alçada”.

A professora acredita que o profissional, ao recorrer às práticas não reconhecidas, está dizendo ao leigo que a Psicologia não dá conta de resolver seus distúrbios mentais e seu sofrimento emocional. “Ou se abandona a Psicologia ou se produz algo adequado para torná-la eficaz no problema. Temos que produzir conhecimento que questione a não utilidade daquilo que existe. Para isso, existem os fóruns acadêmicos e associações científicas. E para o conhecimento que não é reconhecido pela Psicologia, mas que revela algum fundamento, há sempre o caminho da pesquisa”. ●

Discussão antiga

Não é de hoje que a mescla de práticas místicas à Psicologia tem sido motivo de discussão. Em novembro de 1988, durante o I Congresso de Psicologia do CRP-SP, o tema foi levado à gestão “Palavra Aberta II”, tendo como debatedores o bacharel em Psicologia e professor do Instituto de Matemática e Estatística, José Severo de Camargo Pereira; a astróloga e psicóloga clínica, Lídia Vainer; o parapsicólogo e médium Luís Antonio Gaspareto; e a professora de Psicopatologia do Departamento de Psicologia Clínica da USP, Tânia Tsu.

A discussão era sobre os limites entre a Psicologia e as práticas da Parapsicologia, Astrologia, tarô, quiromancia, e outras já em voga na época. Na ocasião, Severo fez uma breve análise de cada prática e concluiu: “Tarô, Astrologia, quiromancia, Parapsicologia e outras coisas que tais são apenas produtos especulativos de um pensamento místico e desejoso. Mas, como bom cientista, estou disposto a mudar minha opinião diante de provas irrefutáveis. Enquanto elas não vierem, continuarei sendo materialista e determinista probabilista.”



Processos Éticos

Envolvimento material entre psicólogo e cliente resulta em falta ética

Esta edição é dedicada a um processo cujo objeto caracteriza envolvimento material durante o trabalho psicoterapêutico. O caso ilustra uma das diferentes maneiras que se pode influir negativamente na prestação do serviço psicológico, construindo na relação profissional uma conduta prejudicada do ponto de vista ético.

“Joana foi procurar a profissional Zilá depois que sua psicóloga precisou encerrar o tratamento por motivos pessoais. Zilá mostrou-se sempre muito prestativa e o relacionamento terapêutico caracterizou-se como bom por três anos de trabalho. No entanto, em certa ocasião, Joana foi surpreendida por um pedido de empréstimo financeiro por parte da psicóloga, a qual já sabia que Joana possuía uma quantia monetária guardada. A paciente,

constrangida, entendeu que seria uma forma de ajudar alguém que era tão importante para ela e prontamente atendeu ao pedido, emprestando um cheque. As consultas continuaram e, quando do momento combinado para a devolução do dinheiro, a psicóloga apresentou uma justificativa para o não ressarcimento e mais um cheque foi solicitado, ao invés de ser devolvido o valor emprestado. Meses depois, as duas não tratavam mais das questões referentes ao processo terapêutico de Joana, conversando sempre sobre os cheques, o dinheiro, as dívidas que se impuseram na relação. Essa história foi terminar na Justiça, bem longe das conversas e dos acertos pertinentes à relação terapêutica. Ao contrário do que deve garantir essa relação, ela passou a ser lesiva para a cliente.”

O caso vivido por Zilá e Joana é muito comum, aparecendo freqüentemente no CRP-SP como forma de denúncia. Geralmente, em se configurando qualquer possibilidade de ter ocorrido de fato esse tipo de envolvimento, é instaurado um processo ético. O Código de Ética Profissional dos Psicólogos explicita como caracterização de falta ética o envolvimento material na relação entre o profissional e aqueles a quem este presta seu serviço, para além dos honorários combinados no contrato estabelecido. Também entendemos que não deve o psicólogo interferir diretamente nas manobras financeiras ou investimentos dos atendidos, sobretudo quando movido pelo interesse de adquirir benefícios pessoais a partir dos mesmos. Evidente que isso não significa que o psicólogo não deva tratar das questões e dificuldades apresentadas pelo cliente quando as mesmas se referirem a problemas financeiros. O problema está em tratar das mesmas extrapolando a referência da competência e da ética do serviço psicológico prestado.

Poderíamos pensar que, ao fazer isso, o psicólogo estaria infringindo os seguintes artigos do nosso Código de Ética:

Artigo 2º, alínea “h”: É vedado ao psicólogo: pleitear comissões, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários estabelecidos;

E ainda, no mesmo artigo, a alínea “n”: estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento.

O desenrolar do processo se deu com as oitavas das partes. Nesse momento do Processo Ético, a Comissão de Ética, através de suas Comissões de Instrução Processual, ouviu o denunciado, o denunciante e eventuais testemunhas, podendo dessa forma analisar o ocorrido sob as diferentes perspectivas. Geralmente, os casos de envolvimento material apresentam uma dificuldade peculiar, em função de que muitas coisas ficam misturadas: a relação profissional, o dinheiro envolvido, o processo que corre na Justiça comum. Como é possível que aconteça isso durante e a partir de um processo de psicoterapia ou de qualquer outro tipo de prestação de serviço profissional do psicólogo?

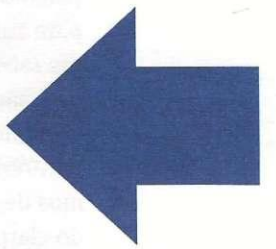
É importante lembrar que, no início do nosso Código, estabelecem-se os Princípios Fundamentais da Ética Profissional da Psicologia. Logo no primeiro princípio podemos encontrar: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e integridade do ser humano”. Tudo o que aqui acabamos de expor cabe nesse princípio geral. Cumprindo isso, muita coisa pode ser evitada!

Observação da Comissão de Ética

A proposta deste espaço prima pela caracterização das partes envolvidas e de quaisquer informações mais específicas que possam identificá-las. Em função da forma genérica como são apresentados os dados dos processos, é possível que profissionais julgados ou com processos em andamento reconheçam semelhanças entre os relatos e seus casos, o que não necessariamente significa que se trata do mesmo.



Ensino da Psicologia no Brasil respira novos ares



Sai acordo e psicólogos conquistam novas Diretrizes Curriculares

Desde o dia 08 de abril deste ano, os psicólogos de todo o Brasil têm motivos para comemorar. Estão vigorando as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Psicologia, conquista de extrema importância para a categoria. O ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o parecer 0062/2004 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovando o projeto de resolução que institui as mudanças curriculares. O texto foi publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de abril.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), de 1996, definiu os cursos de graduação pela organização dos conhecimentos em eixos estruturantes. A partir de 1997, iniciou-se amplo debate nacional sobre a proposta da Comissão de Especialistas do MEC que, propunha a formação de especialistas já na graduação - o estudante deveria optar, no início do curso, por uma área de atuação. A organização e a mobilização dos Conselhos de Psicologia, instituições formadoras e entidades estudantis, além de outras ligadas à formação do psicólogo, conseguiram reverter esse quadro, ampliando o debate acerca do tema. Em dezembro de 1999, a Comissão de Especialistas de Ensino da Psicologia apresentou ao MEC o projeto das Diretrizes Curriculares, que foi encaminhado para apreciação do CNE.

A fim de esclarecer o posicionamento dos diferentes segmentos da área, a Comissão decidiu pela realização de audiência pública, em dezembro de 2003, em Brasília, com a presença de entidades representativas da área da Psicologia no país. As discussões e colocações que ocorreram na audiência evidenciaram o agrupamento das entidades em dois grupos distintos, divergindo, principalmente, no que se referia à proposta de diferentes perfis para o curso de Psicologia. Os pareceres propunham três terminalidades: bacharelado, licenciatura e formação de psicólogo. Após consenso entre os representantes da FENPB, que defendiam o perfil único - Formação do Psicólogo, o CNE aprovou as novas Diretrizes. Essa posição era da SBP.

"O entendimento foi fruto conjunto de um esforço da Sociedade Brasileira de Psicologia e do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, representado pela ABEP e CFP. A idéia era de conciliação, já que havia duas propostas de Diretrizes Curriculares", informou a professora da USP, Martha Hübner, presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia. "A diversidade de opiniões é salutar em qualquer área. O diálogo direto com os representantes dos psicólogos que ensinam, que formam, ou seja, os fortemente envolvidos com a formação do Psicólogo revelou-se uma experiência muito produtiva", complementou.

Martha Hübner também observou que o MEC, através do CNE, mostrou-se respeitoso em relação à comunidade da área. "Eles sabiam que havia dois grupos propondo di-

ferentes Diretrizes e deixou à própria comunidade a iniciativa de conciliação. O texto aprovado e homologado é basicamente o que o grupo dos representantes da SBP e do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira produziu, tendo por base o texto da Comissão de especialistas", resumiu ela.

Para a presidente da ABEP, Inara Leão, o acordo foi resultado de uma ampla discussão. "Tivemos momentos de tensão. Diferentes posições significam divergências na forma de entender a ciência psicológica e as práticas dela derivadas. O consenso foi possível, porque todos tinham por objetivo superar o antigo modelo, dicotômico e muito pouco flexível", afirmou. Ela disse que as novas Diretrizes trazem o consenso sobre o ensino de Psicologia na atualidade brasileira. "Refletem as várias forças na área de conhecimento e permitem que avancemos nos próximos anos para um ensino mais voltado para a realidade brasileira", afirmou.

Mudanças - As Diretrizes definem a identidade e garantem a homogeneidade do curso no país, preparando o aluno para a análise do campo de atuação profissional e de seus desafios. Elas também contemplam uma formação ampla do psicólogo, respeitando a multiplicidade das concepções teóricas e metodológicas, assim como a diversidade de suas práticas e contextos vários de atuação. As Diretrizes definem eixos estruturantes ao redor dos quais os cursos de Psicologia devem se articular.

Elas permitirão, entretanto, que cada instituição organize, em seu curso, subconjuntos de competências e habilidades, definindo domínios da Psicologia que concentrarão atividades, estudos e estágios. Cada curso poderá definir e criar outras ênfases atendendo a abrangência da área e as inúmeras possibilidades de avanço do conhecimento e ação psicológicas. "As Diretrizes estão baseadas no conceito mais atual de competências e habilidades. Avançam nesse sentido, do conceito de conteúdos e especificidades para um conceito mais amplo que dá direção a seguir e não um caminho único. O texto é moderno, coerente com os desenvolvimentos recentes nacionais e internacionais em várias áreas do conhecimento", avalia Hübner.

Com as mudanças, está assegurado o respeito às singularidades institucionais, às vocações específicas e aos contextos regionais, atendendo à abertura proposta pela nova LDB. Assim como estão valorizadas as ações multidisciplinares, a exploração das interfaces com outras áreas e profissões e levam em conta a expansão da atuação profissional para novos contextos. A idéia é que cada curso ofereça, em seu núcleo comum, um conhecimento amplo da Psicologia e possibilite ao aluno, pelo menos, duas ênfases curriculares. "Elas permitem o aprofundamento em uma ou várias áreas de prática profissional durante a própria graduação, superando a antiga tríade Clínica - Educação - Trabalho, quando to-

dos faziam práticas nessas áreas ainda que o currículo não lhes tivesse oferecido boas condições para atuarem em todas elas", analisa a presidente da ABEP, Inara Leão.

Ela disse também que as ênfases representam agora um desafio maior. "O Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira vai contribuir organizando com o MEC reuniões de orientação para a implantação das Diretrizes Curriculares", adiantou.

As Diretrizes falam, ainda, da organização dos estágios supervisionados, que visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais. A partir de agora, os estágios devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária. O básico incluirá o desenvolvimento integrado das competências e habilidades previstas no núcleo comum. Os estágios específicos incluirão o desenvolvimento integrado das competências e habilidades que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso. Os estágios básico e específico deverão perfazer pelo menos 15% da carga horária total do curso. As instituições poderão reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

A presidente da SBP, Martha Hübner, aponta outros aspectos das novas Diretrizes. "Foram feitos pequenos ajustes que deixaram mais claras as interfaces da Psicologia com a Biologia, por exemplo, e a indissociação entre a ciência e a profissão. Outra alteração importante foi a que trata da licenciatura. Os cursos de Psicologia terão que se adequar à nova lei, que exige, dentre outros requisitos, um número maior de horas para a licenciatura, o que torna difícil a proposta de formação de professores no próprio curso de Psicologia, paralela à licenciatura", ressaltou.

Segundo Inara Leão, "as diretrizes romperam definitivamente com o modelo de curso único de norte a sul, em um país com a diversidade social e seus problemas típicos. Elas garantem a coerência da formação, sem engessar em disciplinas comuns, com ementas comuns e a necessidade de ensinar a mesma coisa, do mesmo jeito". Ela acredita que as novas Diretrizes têm um caminho de sucesso pela frente. "Pelas manifestações que temos recebido, elas foram bem recebidas pela comunidade acadêmica". ●

A ABEP realizará encontro para discutir as novas Diretrizes Curriculares nos próximos dias 2 e 3 de agosto. O evento será no Hotel Nacional, em Brasília, setor hoteleiro sul, quadra 1, bloco 'A', salão Azul. Inscrições pelo e-mail: abep@abepsi.org.br

Olhares sobre a Amazônia

Lembrar o potencial da Amazônia nunca é demais. Trata-se de um dos maiores sítios do mundo em área contínua preservada, o que garante a reprodução de inúmeras formas de vida em sua dinâmica natural. Além disso, nela vivem povos indígenas, caboclos, camponeses, ribeirinhos e quilombolas que dispõem de um conhecimento valioso sobre espécies que só ocorrem lá.

Quer mais uma razão para estar atento ao que se faz e se pretende fazer com aquela vasta região? O rio Amazonas despeja cerca de 15% da água doce que chega aos oceanos anualmente. É muita água, que se torna estratégica diante de um cenário de crise anunciada desse recurso vital à reprodução da vida.

A Amazônia apresenta grande diversidade biológica de diferentes biomas brasileiros, como árvores de grande porte (mais de 20 m de altura), formações arbustivas típicas do cerrado, muitas aves e animais endógenos. Em grande parte des-

pulção que vive na floresta, obtida com a venda de produtos retirados da mata e a agregação de trabalho a eles. A extração orientada respeita o ciclo de vida de cada produto e impede sua extinção, bem como mantém a mata em pé. As reservas extrativistas, propostas pelos seringueiros do Acre, foram implementadas em diversas comunidades, mas ainda não são encontradas em número suficiente. Muitas delas combinam outras atividades, como a agricultura orgânica, o beneficiamento de produtos (por exemplo, a confecção de couro vegetal e a produção de bolsas, malas e carteiras) e o ecoturismo, nesse caso, com o emprego da comunidade na definição e desenvolvimento das atividades oferecidas aos turistas.

Porém, em outros estados, aumentou a retirada da cobertura vegetal. No Mato Grosso e em Rondônia a engorda de gado resultou em enormes pastagens. Outra atividade econômica implementada em larga escala foi o cultivo da soja no Mato

invasão da Amazônia.

De certo modo isso já ocorreu. Muitos grupos transnacionais exploram riquezas minerais do país. Outros compraram terras e as mantêm como reservas de valor.

Seria possível imaginar uma ocupação militar da Amazônia, tornando-a área de gestão internacional, por exemplo?

Diria que a principal salvaguarda da Amazônia contra uma ocupação militar é sua condição natural. Uma guerra levaria à perda de biodiversidade, e todos especialistas reconhecem que, sem a vegetação, as fontes de água também se reduziriam. É difícil imaginar tanques chegando no porto de Manaus e ocupando aquela vastidão. Mas pergunto: seria preciso usar esse tipo clássico de ocupação militar para uma gestão internacional da Amazônia?

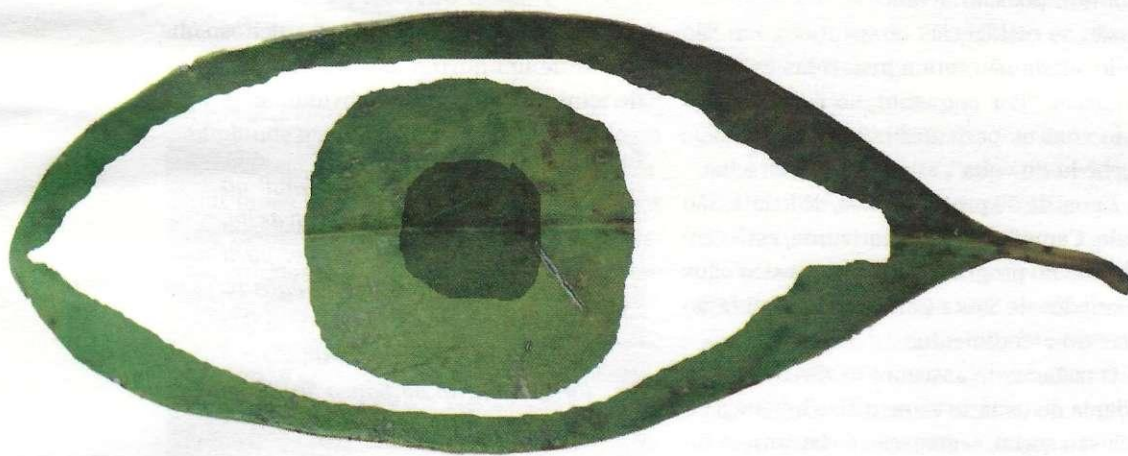
Penso que não, e por isso é preciso estar alerta. Satélites circundam a Terra milhares de vezes levantando informações sobre riquezas naturais. Cursos d'água podem ser monitorados à distância. É possível até calcular o volume de água repostado anualmente pelas chuvas ao combinar informações coletadas em campo, etapa realizada por meio do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia - *Large-Scale Biosphere Interaction in Amazonia* - LBA, uma iniciativa internacional de pesquisa que busca compreender o funcionamento climático, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia e os impactos das mudanças dos usos da terra, além das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra.

A defesa da Amazônia do controle externo deve passar pela ampliação do debate junto à sociedade brasileira sobre a potencialidade que ela representa e os interesses que ela desperta. É fundamental reunir lideranças de diversos grupos sociais, incluindo os que tradicionalmente foram marginalizados, como as comunidades locais e os povos indígenas, com militares, empresários e políticos da região e de outras áreas do Brasil.

Demonstrar capacidade de gestão de uma área dotada de imensas riquezas naturais é sinal de maturidade técnica e política. É o mesmo que indicar, a quem possa interessar, que o povo brasileiro está preocupado com a gestão dos recursos amazônicos, mas que pensa de maneira inclusiva e que não pretende reforçar modelos de exclusão social e elevada degradação ambiental, como os verificados até recentemente. É, também, mostrar aos olhares alheios o quanto olhamos e cuidamos de nosso patrimônio natural. ●

Wagner Costa Ribeiro

Geógrafo, prof. do Depto. de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e em Ciência Ambiental da USP. É autor de *A Ordem Ambiental Internacional* e organizador de *Patrimônio Ambiental Brasileiro*, entre outros livros.



sa área, chove o ano todo e a temperatura é elevada, resultando em um mosaico de vegetação complexo e diverso, apesar do solo pobre, sustentado basicamente pela degradação de folhas.

Por isso, o desmatamento tem que ser avaliado: ele pode gerar uma área desértica, já que, sem as plantas, o solo perderá sua fonte de nutrientes, ficará descoberto e sujeito a fortes chuvas, que transportam sedimentos aos rios, assoreando-os. Estima-se que cerca de 15% da cobertura vegetal amazônica já tenha sido retirada.

Como evitar o corte da floresta? É preciso convencer aos donos da terra que é possível obter ganhos com a floresta em pé, algo que não é uma novidade. Desde a década de 1990, os seringueiros do Acre, na época liderados por Chico Mendes, insistiam em práticas sustentáveis, procurando retirar da floresta seu sustento e algum excedente sem apresentar risco à manutenção da dinâmica natural do ecossistema.

Na década de 1990, ações empreendidas no Amapá procuraram pautar o desenvolvimento sustentável como uma política central do então governador Capiberibe. O foco estava na aquisição de renda pela po-

Grosso e em Tocantins. O garimpo segue como prática legal e clandestina no Pará, que também tem recebido investimentos para a produção de soja, sem falar na mineração, praticada em Carajás e em outros pontos com forte presença de capital internacional.

Existem povos indígenas com áreas demarcadas para manterem seu estilo de vida na Amazônia, mas outros ainda lutam para isso. Esse é dos temas mais polêmicos, em especial quando as áreas estão junto às fronteiras do país.

Há quem acredite que as reservas indígenas tornariam o território permeável à presença de estrangeiros no Brasil. A biopirataria não exige muito rigor técnico. Basta coletar a espécie indicada pelas lideranças das comunidades tradicionais e transportá-la a um laboratório para estudá-la e conhecer seu princípio ativo. Outra coincidência sempre lembrada é que as áreas indígenas estão sobre reservas minerais estratégicas. Um dos argumentos contrários à demarcação de terras indígenas é justamente a perda econômica que o país teria. Mas há outras razões.

Existe um temor de que ocorra uma

Programa “De Volta para Casa”: desinstitucionalização com humanidade

Em parceria com o Ministério da Saúde, o Banco Social de Serviços em Psicologia desenvolveu um projeto de acompanhamento dos usuários do programa “De Volta para Casa” que visa a desinstitucionalização de pacientes na área de saúde mental.

No Brasil, existem ainda cerca de 53 mil leitos em hospitais psiquiátricos, o que exige que se atue para sua extinção.

Segundo Maria Otacília Lima Battistelli, coordenadora nacional do Banco Social de Serviços em Psicologia, o “De Volta para Casa”, instituído através da Lei n.º 10.708, de 31 de julho de 2003, foi inserido no Banco em virtude do movimento alavancado pelos Conselhos Regionais de Psicologia, 17 anos atrás, de Luta Antimanicomial, visando a saída do hospital de pacientes com sofrimento psíquico intenso, para continuidade do tratamento na rede aberta de serviços de saúde mental.

O programa do governo federal prevê uma bolsa de R\$ 260 para os pacientes que tenham ficado internados dois anos ou mais, com a possibilidade de renovação por mais tempo, caso haja necessidade. As secretarias municipais de Saúde ou coordenadorias de Saúde Mental fornecem as listas dos pacientes em condições de atendimento. “Na medida em que o paciente tem família, o psicólogo do Banco Social vai acompanhá-lo no processo da desinstitucionalização, ou seja, ele vai aprender de novo a sair na rua, atravessar a

rua, administrar sua conta bancária, comprar pão na padaria, etc. É um processo de reintegração familiar e social”, completa.

O processo de reinserção social do paciente envolve também atividades culturais e de lazer. O Banco Social fez parceria com o Sesc Pompéia para levá-los a espetáculos musicais e teatrais, participar de oficina de artes e artesanato e outras atividades gratuitas.

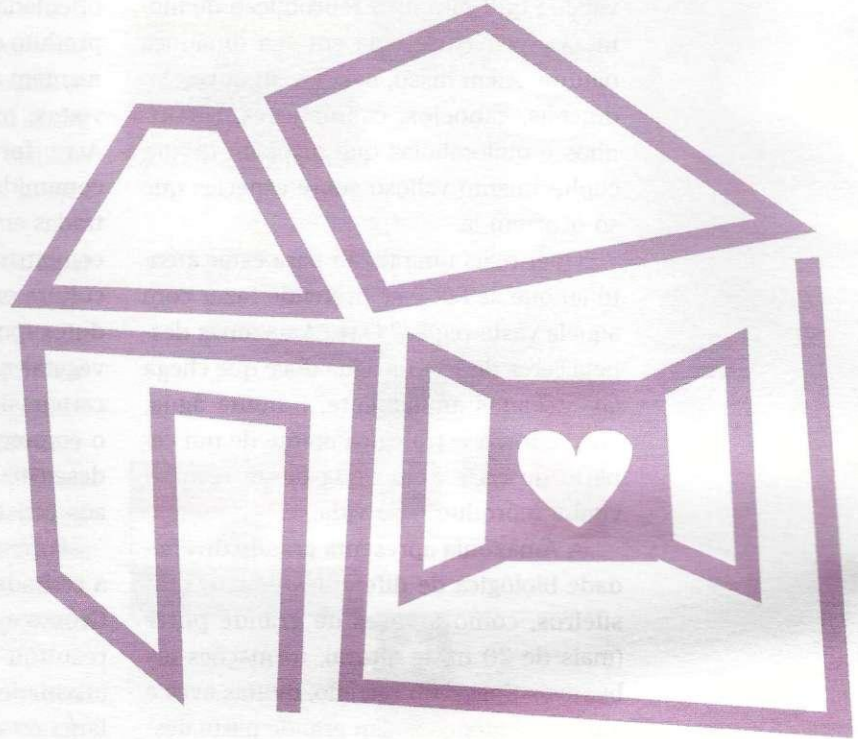
Outra forma de desinstitucionalização, caso o usuário não tenha familiares que possam acolhê-lo, são as residências terapêuticas. Em São Paulo, ainda não foram instaladas essas residências. “Por enquanto, só estamos atuando com os pacientes cuja família deseje recebê-lo de volta”, explica Maria Otacília.

Cerca de 50 protagonistas, de Recife, São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, estão envolvidos no programa. Em breve, psicólogos de cidades de Santa Catarina também farão parte do atendimento.

O tratamento assegura os direitos de cidadania do usuário e ameniza a injustiça da exclusão social, segregação e clausura. A fa-

mília e a sociedade tornam-se sujeitos solidários de um novo e humanitário processo de reinserção social do indivíduo. ●

O V CNP (Congresso Nacional da Psicologia) realizado em Brasília, nos dias 17 a 20 de junho, para definir diretrizes de ação para os Conselhos no próximo triênio 2004/2007, aprovou a continuidade e o fortalecimento do Banco Social de Serviços em Psicologia.



O OLHAR DO PROTAGONISTA

Psicóloga há três anos, a dr.^a Sônia Maria V. Miranda, de 51 anos, é uma das protagonistas do programa “De Volta para Casa” do Banco Social de Serviços em Psicologia. Ela conta um pouco sua experiência nessa parceria.

Psi - Por que a senhora decidiu participar do Banco Social?

Dr.^a Sônia Maria V. Miranda - Eu sempre estive envolvida em projetos sociais, em contato com hospitais e conheci esse mundo, a demanda e a carência. É lógico que, como psicóloga, eu posso colaborar melhor.

Psi - Qual a sua opinião sobre o Banco Social e sobre o programa “De Volta para Casa”, do qual a senhora faz parte como protagonista?

SM - Primeiro, o que me fez acreditar e entrar foi confiar no Conselho, que é o órgão que rege a minha profissão. O Ban-

co Social me proporcionou a segurança de ser vinculada a uma instituição séria, respeitada e que você realmente quando precisa de alguma coisa eles passam credibilidade, você tem toda uma estrutura e o respaldo do Conselho. O CRP espera que a gente construa algo e o que vai emitir essa opinião, na verdade, será o resultado final. Eu acredito muito na nossa contribuição, mas ainda não sabemos.

Psi - Com relação ao programa “De Volta para Casa”, como tem sido o retorno dos pacientes?

SM - Eu estou acompanhando uma pessoa escolhida para ser participante desse projeto e que está internada há muito tempo, totalmente desmotivada, com embotamento afetivo, não acreditando em mais nada. Quando a gente chega, a pessoa continua com aquilo, mas aí você vai fazendo um trabalho específico, colhe todos os dados. No início há resistências, as inseguranças vêm mais for-

tes. Hoje, o paciente me recebe com um sorriso, já reconhece quem eu sou e o que estou fazendo, apresenta-me para as pessoas, a equipe já me aceita e me apresenta em reuniões e já estão colaborando com o meu trabalho. Penso que começa a haver um respeito, aceitação e um envolvimento, que é o que a gente queria.

Psi - A senhora está gostando dessa experiência?

SM - Muito, porque eu sempre acreditei nisso. Estou gostando porque é assim: o Banco Social não me cobra em nada. A proposta é o protagonista fazer, se inserir e montar relatórios, passando isso para frente. É um trabalho lento, de base, de estrutura e não simplesmente para mostrar resultados. Acho que quem quer resultados rápidos não pode querer grandes mudanças. Estou satisfeita porque as mudanças ocorrerão quando a gente puder esperar, pois elas têm seu tempo.

Banco Social comemora os 14 anos do ECA

Considerada um avanço na vida institucional brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal instituído em no dia 13 de julho de 1990, deu mostras da abrangência de suas intenções em seus 267 artigos, dentre os quais destaca-se: "A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio, em condições dignas de existência".

Para comemorar os 14 anos do ECA, os Conselhos Regionais de Psicologia promoverão, simultaneamente, debates e mesas-redondas no dia 13 de julho. Em São Paulo, o Conselho promoverá o evento "14 Anos do ECA. Adolescente e o Futuro: Nenhum a Menos. Pela Aplicação Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente". Para a abertura do evento estarão presentes o presidente do Conselho

Federal de Psicologia, Dr. Ricardo Moretzsohn, e profissionais que desenvolvem trabalhos na área dos direitos da criança e do adolescente. No evento, ocorrerá uma Mesa, onde os convidados debaterão questões referentes ao tema. Farão parte da Mesa a Dra. Valdênia Aparecida Paulino, Coordenadora do Programa de Proteção a Testemunha e Fundadora do CEDECA-Sapopemba e a Prof^{ta} Dra. Ana Bock, Conselheira CRP-SP e PUC SP. O Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Dr. Nilmário Miranda, também foi convidado a participar do evento e compor a Mesa.

Local: auditório do CRP-SP, na rua Arruda Alvim, 89, das 19h30 às 22h30. O evento foi convocado pelo Banco Social e Serviços em Psicologia e Conselho Federal de Psicologia. Fone: 3061-9494 ramal:151. Confirmar presença via: infoeventos@crpsp.org.br



Banco Social de Serviços em Psicologia

A Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, reunida nos dias 22 e 23 de maio, considera importante a realização de mais uma parceria do Banco Social de Serviços em Psicologia com o Ministério da Educação. A parceria prevê ações dos psicólogos nas escolas públicas.

3ª chamada para o Banco Social

Psicólogos, venham saber mais do nosso Banco Social de Serviços em Psicologia. Além de conversar sobre as propostas de cada projeto, estaremos apresentando mais um projeto com possibilidade de atuação: **Ética e televisão: Participação na Campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania"**, da Câmara Federal. Apresentaremos também, novos parceiros e locais de atuação.

Atualmente, estamos implementando os seguintes projetos:

- Apoio Psicológico aos Trabalhadores em Situação de Desemprego;
- Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto;
- Acompanhamento aos Usuários do "Programa de Volta pra Casa"

Nesses projetos temos a participação de aproximadamente 75 protagonistas atuando na grande São Paulo e Campinas, perfazendo um total de 808 pessoas atendidas por mês.

Venham depositar seu compromisso social no Banco, oferecendo horas de trabalho (3 a 4 horas semanais) que fortalecerão a institucionalização da Psicologia na sociedade brasileira.

Inscrições Banco Social
(11) 3061-9494 ramal 151 ou 129
E-mail: infoeventos@crpsp.org.br

Compareça para participar dia 7 de agosto, às 10h00, no auditório do CRP SP: R. Arruda Alvim, 89. Tel.: 0800-772.7233.

Psicólogos atuarão em programas da prefeitura de São Paulo

Nova parceria entre Banco Social abrange programas das Secretarias de Assistência Social e do Trabalho

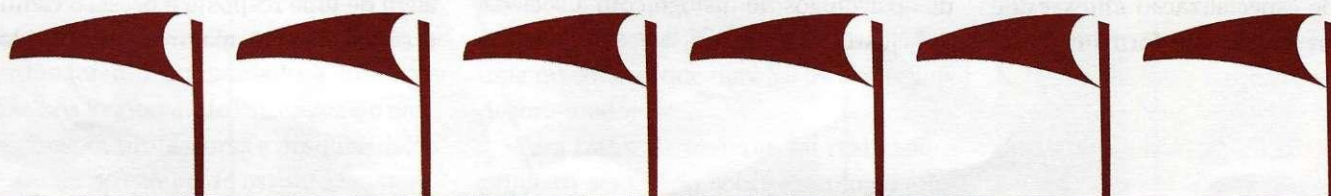
Dando continuidade ao projeto de exercitar e ampliar o compromisso social da Psicologia com a maioria da população brasileira através de políticas públicas, o Banco Social de Serviços em Psicologia - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo estabeleceu novas parcerias com a Prefeitura de São Paulo. Em maio e junho, foram firmados termos de Acordo de Cooperação

Técnica entre o Banco Social de Serviços em Psicologia-Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e a Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS e a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

Psicólogos cadastrados no Banco irão atuar no CAS (Centro de Atendimento Solidário). O Banco Social já disponibilizará grupos no CAS de Santo Amaro (segunda feira às 14:00) e no CAS da Freguesia do Ó (quarta feira às 14:00). Os protagonistas vão trabalhar tam-

bém nos programas sociais no âmbito da Secretaria: Começar de Novo, Trabalho SP, Bolsa Trabalho, Renda Mínima, Operação Trabalho, Operação Confia, Oportunidade Solidária, Capacitação, São Paulo Inclui e Desenvolvimento Local.

Já a parceria com a SAS tem como objetivo o desenvolvimento de iniciativas relacionadas às medidas sócio-educativas em meio aberto aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, ampliando a percepção da sociedade, dos poderes públicos e dos profissionais de Psicologia.



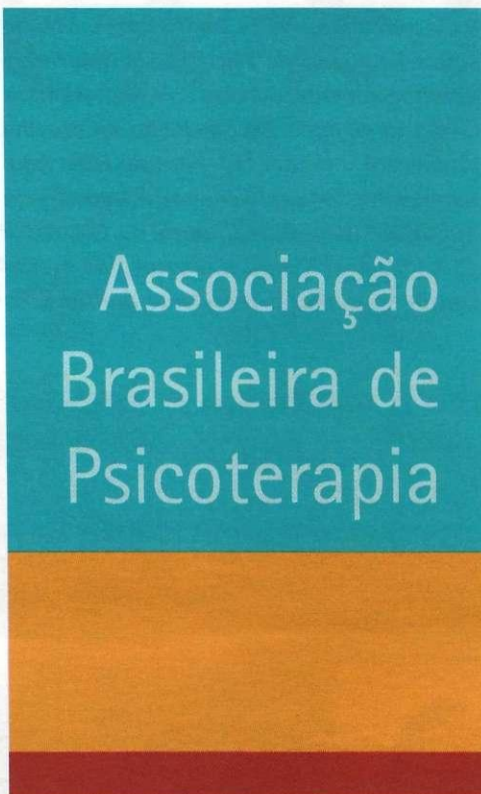
Psicoterapia ganha entidade

Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) nasce com o propósito de reunir as diversas abordagens e unificar o discurso

A sala de convenções do Hotel Sofitel, São Paulo, fervilhava, no dia 17 de abril. Cerca de 50 autoridades do universo da psicoterapia, alguns conhecidos através de suas obras científicas publicadas em livro, reuniam-se todos pela primeira vez para o que muitos consideravam ser um momento histórico: o lançamento da Associação Brasileira de Psicoterapia. Esse grupo de lideranças, cada qual uma referência em seu respectivo campo, começava a traçar o esboço da nova entidade. As razões pelas quais os porta-vozes de abordagens tão diferentes encontravam-se no mesmo salão advieram da necessidade contemporânea de se ordenar, minimamente, o campo da Psicoterapia em áreas como o ensino universitário, processos judiciais e ética, diretrizes nos sistemas de saúde pública, entre outras diversas questões.

Luiz Hanns, consultor do CFP para Psicoterapia, estudioso de Psicoterapia Comparada, coordenador da nova tradução das obras de Freud para o português e um dos coordenadores da iniciativa da fundação da ABRAP, explica que diversos segmentos sociais, tais como órgãos de governo ligados à saúde e à educação, associações de defesa do consumidor, a mídia e instituições encaminhadoras de pacientes, têm uma enorme dificuldade em lidar com a fragmentação epistemológica do campo psicoterápico, com a proliferação indiscriminada de abordagens, com o grande número de psicoterapeutas com formação inadequada, com a falta de uma legislação sobre a área, com as disputas corporativas entre profissionais e a isto se acrescenta a dificuldade em se mensurar objetivamente a qualidade do serviço prestado.

“Em razão da fragmentação epistemológica e política no campo e ante à ausência de um interlocutor representativo, a Psicoterapia vem correndo sério risco de testemunhar, à revelia dos profissionais e das instituições que a representam, uma regulamentação imposta de cima para baixo, a partir da redação de diretrizes inadequadas às complexidades envolvidas na prática”, adverte ele. “Temos a oportunidade de nos anteciparmos e oferecermos uma proposta de regulamentação bem fundamentada, gestada pelo próprio campo psicoterapêutico, formando um grande acordo nacional, unificando as propostas dos Conselhos de Psicologia, Conselhos de Medicina, Conselhos de Assistentes Sociais, das faculdades de Psicologia e das centenas de institutos de formação, nos cursos de especialização *latu-sensu* e nos institutos livres, que formam psica-



nalistas, terapeutas cognitivos, psicodramatistas, terapeutas familiares, etc”.

Aluizio Brito, secretário de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, acredita que o surgimento da ABRAP significa um avanço no campo da ciência e da profissão. “A nova entidade traduz o amadurecimento da Psicoterapia no meio da sociedade, porque ela aglutina um campo teórico de base divergente, mas não de

Desafio - Para os idealizadores da ABRAP, a grande batalha que todas as abordagens deverão enfrentar é demonstrar, de modo persuasivo, à sociedade o grau de consistência da prática e responder a perguntas tais como se as psicoterapias são recomendáveis, que tipo de psicoterapia funciona melhor para que gênero de paciente, quais casos podem ser tratados, como avaliar os resultados de uma psicoterapia, etc. Para os integrantes da ABRAP, é preciso encontrar um modo inteligente de responder a essa demanda social, cuja motivação é compreensível e justificada, embora de resposta complexa.

Esse desafio pôde ser antecipado no encontro de lançamento da entidade. Muitos questionamentos, alguns ácidos, de como sistematizar tantas abordagens distintas num mesmo organismo institucional, geraram algumas descargas elétricas nos ânimos dos representantes. Há, contudo, pontos em comum o suficiente para se chegar, não a um consenso, mas a um acordo aceitável. “É possível que consigamos formular definições gerais do que seja Psicoterapia, de quais são as inúmeras configurações de vida e problemas psicológicos que podem se beneficiar dela, de quais são as proficiências ou habilidades básicas que um programa de ensino e formação deve oferecer, bem como podemos entrar em acordo sobre quantas horas de

“A ABRAP poderá desfazer a impressão de que a Psicoterapia é uma feira em que cada um vende o seu peixe”

Renato Mezan

objetivos divergentes”, resume ele. “É a concretização de um movimento que vem transformando essa profissão na direção de uma sociedade brasileira que necessita dos seus profissionais cada vez mais abertos, comprometidos e com horizontes mais largos”.

Brito assegurou que o CFP é e será parceiro da associação no sentido de apoiá-la para que a idéia se concretize. “Queremos somar forças, através de um fórum de entidades que tenha uma instituição como essa, ampliando o leque de atuação dos psicólogos no diálogo com a sociedade”, justifica.

supervisão mínima decidimos serem necessárias para atender determinados casos”, assegura Hanns. “Há certos parâmetros básicos entre as várias abordagens que podem funcionar como princípios gerais do campo”, fundamenta ele.

Renato Mezan, professor de Pós-Graduação de Psicologia Clínica da PUC, entende que a criação dessa entidade é uma oportunidade para “deixarmos de lado as disputas pessoais e passionais, travestidas de discussão científica”. Com uma Associação que fale pelos psicoterapeutas, além de uma resposta à pressão científica e social, haverá maiores oportunidades

ABRAP

para o diálogo do conhecimento e fazer com que o campo terapêutico avance através de congressos, publicações e dos debates com grupos de pesquisa ligados às agências de fomento federais ou estaduais como a FAPESP, CNPq, etc. Ele acredita que os resultados da fundação da ABRAP serão perceptivos, porém, só daqui a uma década. De imediato, porém, poderá ter o efeito de "desfazer a impressão de que a Psicoterapia é uma feira em que cada um vende o seu peixe".

Luiz Hanns também diz que o processo de construção de uma Psicoterapia mais forte é lento. "Em outros países, se trabalha com prazos de muitos anos", exemplifica. A idéia é que, daqui a alguns anos, os formados em Psicoterapia tenham tido disciplinas necessárias para, de fato, poderem atender seus pacientes com maior preparo. "Com o tempo, quem sabe tenhamos uma residência em Psicoterapia", espera.

Mas para Mauro Aranha, membro da

Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Regional de Medicina, uma entidade representativa, que consiga sintetizar os vários pensamentos da Psicoterapia, terá que nortear o campo em função de questões éticas. Para ele, existem métodos questionáveis que não atendem a função da Psicoterapia, que é o de servir as pessoas, de tratar dos sintomas psiquiátricos e de promover e catalisar o desenvolvimento humano. "Temos uma responsabilidade ética perante os consumidores", assevera.

Formação da diretoria - Novo encontro foi realizado no dia 29 de maio. Nessa jornada, foram votados os estatutos da ABRAP e eleita uma diretoria provisória, integrada por nomes de diversas orientações e formações universitárias, tais como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, oriundos de diferentes Estados do Brasil como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A ABRAP terá uma ins-

tância interna denominada de Conselho Supervisor, uma espécie de corregedoria interna que terá como função arbitrar sobre eventuais conflitos entre presidente e diretores, visando garantir que se preserve a missão estatutária da associação. Bernard Rangé, do Instituto de Psicologia da UFRJ e presidente da Associação Latino-Americana de Psicoterapias Cognitivas, defensor da criação da ABRAP, aprova a criação de um Conselho Supervisor para que "o órgão permita um funcionamento equilibrado da associação".

A diretoria, cuja tarefa mais complexa é a científica, terá como missão construir propostas de diretrizes para a Psicoterapia que possam servir de base para um acordo nacional. Ela também terá que, em uma segunda fase, lidar e negociar com autoridades e órgãos de governo para avaliar e credenciar as psicoterapias e autorizá-las no ensino universitário e no atendimento das redes de saúde. ●

Composição da diretoria da ABRAP

Conselho Supervisor: Edwiges Silveira (terapeuta comportamental); Irismar de Oliveira (terapeuta cognitivo-comportamental); José Fonseca (psicodramatista); Renato Mezan (psicanalista); Rosa Macedo (abordagem sistêmica), mais quatro nomes de outras orientações serão convidados.

A presidência será colegiada e compartilhada por três nomes: Bernard Rangé (cognitivo-comportamental), Luiz Hanns (psicanalista) e Plínio Montagna (psicanalista).

As diversas diretorias serão ocupadas por Álvaro Ancona (terapeuta junguiano); Amélia Thereza (orientação psicanalítica); Ana Maria Serra, (terapia cognitiva); Cristiano Nabuco (cognitivo-construtivista); Eliete Belfort (abordagem sistêmica); Dartyl Xavier (orientação junguiana); Janice Rechulski (terapeuta sistêmica); José de Abreu (orientação psicanalítica); José Thomé (psicodinâmica); Heloísa Penna (orientação junguiana); Michael Achatz (psicoterapeuta de orientação psicanalítica); Marcelo Feijó de Mello (abordagem interpessoal); Maria Amália Vitalli (psicodramatista); Maria Spinelli (psicossomática); Paulo Knapp (cognitivo-comportamental); Rogério Aguiar (terapia psicanalítica); Sâmia Simurro (terapia cognitiva); Sílvia Petrilli (psicodramatista); Sonia Meyer (comportamental); Vera Lemgruber (psicoterapia integrativa). Outros nomes como Benny Lafer, Mauro Aranha e Sérvulo Figueira também estarão atuando como consultores.

Espera-se em breve a colaboração de daseinsanalistas, gestaltistas e de diversas outras perspectivas teóricas e clínicas que ainda se somarão à equipe inicial que comporá a diretoria provisória incumbida de instalar a ABRAP.

BALANÇO FINANCEIRO CRP SP

Período de 01/01/2003 a 31/12/2003

(expresso em reais-eliminado centavos)

Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

RECEITAS

Receitas de Contribuição	7.494.345
Receitas de Contribuições de anos anteriores	1.306.563
Receitas Patrimonial	535.277
Receitas de Serviços	109.628
Outras Receitas	291.553
Total das Receitas Brutas	9.737.366

TRANSFERENCIAS (-)

Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte	2.389.439
Total das Receitas Líquidas	7.347.928

DESPESAS (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	2.275.785
Materiais de Consumo	202.805
Energia Elétrica, Telefonia, Postagem e Água	702.169
Limpeza, segurança manutenção	155.075
Impressão de Jornal, Folders e Cartazes	488.586
Transporte e Hospedagem	340.197
Congresso, Fóruns e Eventos	301.610
Serviços de Assessoria	384.796
Aluguel, Condomínio e Locação	61.666
Imposto, Taxas e Tarifas Bancárias	142.375
Total das Despesas de Operações	5.055.063

INVESTIMENTOS (-)

Instalações	102.317
Equipamentos	166.859
Aquisição de Imóveis	250.000
Total dos Investimentos	519.176

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

1.773.689

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR

1.668.954

SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO EM 31/12/2003

3.442.642

NOTAS RELEVANTES

Esta Demonstração de Resultado é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas atualizações.

Em 31 de dezembro de 2003 o CRP-SP mantinha 48.340 psicólogos inscritos ativos e 1.844 pessoas jurídicas inscritos ativos;

Célia Pereira de Oliveira
Contadora-CRCSP-131195

André Isnard Leonardi
Conselheiro Tesoureiro

Eleições

O processo eleitoral que elegerá a Diretoria e Conselheiros para os CRPs e a Consulta Nacional do Conselho Federal de Psicologia realizar-se-á no dia 27 de agosto das 8:00 às 20:00h para o triênio 2004/ 2007. Para o CRP/SP, inscreveu-se a Chapa **Cuidar da Profissão em São Paulo**:

Para Conselheiros Efetivos

Nome	CRP o6 nº
Maria da Graça Marchina Gonçalves	CRP 3983
Elisa Zaneratto Rosa	CRP 58631
Maria Ermínia Ciliberti	CRP 22871
Lúcia Fonseca de Toledo	CRP 44624
Chica Hatakeyama Guimarães	CRP 32213-9
Patrícia Garcia de Souza	CRP 58613
Maria Cristina B. Maciel Pellini	CRP 27071
José Roberto Heloani	CRP 43418-3
Marilene Proença R. de Souza	CRP 6133-05
Élcio dos Santos Sequeira	CRP 41420-9
Elcimara Meire da Rocha Mantovani	CRP 43389-3
Débora Cristina Fonseca	CRP 48757-2
Maria José Berto	CRP 13218
Fátima Regina Riani Costa	CRP 44008-8
Andréa Torres	CRP 47540-1

Para Conselheiros Suplentes

Nome	CRP o6 nº
Ana Paula Pereira Jardim	CRP 41250-2
Sueli Ferreira Schiavo	CRP 4327
Valéria Castro Alves	CRP 52042-9
Maria Izabel do Nascimento Marques	CRP 986
Sandra Helena Sposito	CRP 49858-8
Elda Varanda D. G. Machado	CRP 21555-6
Zuleika Fátima Vitoriano Olivan	CRP 26582
Vera Sonia M. Menegon	CRP 46619-04
Lumena Celi Teixeira	CRP 24841-8
Andréia de Conto Garbin	CRP 52000-3
Adriana Eiko Matsumoto	CRP 66765
Carmem Sílvia R. Taverna	CRP 2756
Oliver Zancul Prado	CRP 55700-1
Vera Lúcia F. Pompílio	CRP 10106
Daniela Fogagnoli	CRP 58742

Para a Consulta Nacional do Conselho Federal de Psicologia, as inscrições de chapas foram feitas durante a realização do V Congresso Nacional de Psicologia realizado de 17 à 20 de junho, em Brasília.

São eleitores os psicólogos que estejam quites com a tesouraria (anuidades 2001 até 2003) até a data das eleições. Se você estiver em dívida ativa não poderá votar. Se você está em parcelamento com a anuidade de 2003, deverá quitá-la totalmente até a data das eleições. Assim sendo, se você tem débitos com a tesouraria, deverá regularizar sua situação, o que permitirá o direito de votar na zona eleitoral referente aos três primeiros dígitos do seu CEP; conforme lista com os locais de votação descrita ao lado. Caso efetue o pagamento após o dia 23/07, não esqueça de apresentar o boleto bancário pago na zona eleitoral de acordo com o seu CEP. O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório, conforme Art. 3º, parágrafo 2º. Para os psicólogos inscritos no ano de 2004 e os acima de 65 anos, o voto é facultativo. Os psicólogos residentes no município de São Paulo receberão correspondência comunicando a zona e seção eleitoral, onde deverão comparecer com a carteira de psicólogo (CRP) ou RG e votar. Solicitamos que atualize seu endereço resi-

dencial até o dia 16/07 pelo telefone: (11) 3061-9494 ramais: 105/107, tendo em vista que seu local de votação será determinado através do CEP. As Zonas Eleitorais são:

Cep 043, 045 e 046

1ª Zona Eleitoral: Av. Santo Amaro, 1239 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

Cep 040

2ª Zona Eleitoral: R. Borges Lagoa, 208 – Vila Clementino – São Paulo – SP.

Cep 041 e 042

3ª Zona Eleitoral: R. Clóvis Bueno de Azevedo, 176 - Ipiranga – São Paulo – SP.

Cep 044, 047, 048, 049 e 058

4ª Zona Eleitoral: Av. Padre José Maria, 555 – Santo Amaro – São Paulo – SP.

Estacionamento gratuito.

Cep 054

5ª Zona Eleitoral: R. Ministro Godoy, 1484 – Perdizes – São Paulo – SP.

Cep 050

6ª Zona Eleitoral: R. Guaicurus, 1000 – Lapa – São Paulo – SP.

Cep 053, 055, 056 e 057

7ª Zona Eleitoral: R. Prof. Mello Moraes, 1721 – Bl. B Cid. Universitária - SP

Cep 051 e 052

8ª Zona Eleitoral: R. Arruda Alvim, 89 – Pinheiros – São Paulo – SP.

Cep 022, 023 e 024

9ª Zona Eleitoral: Av. Tucuruvi, 808 – Santana – São Paulo – SP.

Cep 025 e 027

10ª Zona Eleitoral: R. Voluntários da Pátria, 547 – Santana – São Paulo – SP.

Cep 026, 028 e 029

11ª Zona Eleitoral: R. Paineira do Campo, 902 – Santana – São Paulo – SP.

Cep 020 e 021

12ª Zona Eleitoral: Av. Cruzeiro do Sul, 780 – Armênia – São Paulo – SP.

Cep 012

13ª Zona Eleitoral: R. Dr. Vila Nova, 245 – Vl. Buarque – São Paulo – SP.

Cep 011, 014 e 015

14ª Zona Eleitoral: R. General Jardim, 660 – Vl. Buarque – São Paulo – SP.

Cep 010 e 013

15ª Zona Eleitoral: R. Genebra, 25 – Centro – São Paulo – SP.

Cep 038, 080, 081, 082, 083 e 084

16ª Zona Eleitoral: Av. Carolina Fonseca, 235 – Itaquera – São Paulo – SP.

Cep 030, 031 e 032

17ª Zona Eleitoral: Av. Celso Garcia, 4031 – Tatuapé – São Paulo – SP.

Cep 033, 034, 035 e 039

18ª Zona Eleitoral: R. Canta Galo, 74 – Shopping Silva Romero – São Paul – SP.

Cep 036 e 037

19ª Zona Eleitoral: R. Serra do Japi, 31 – Tatuapé – São Paulo – SP.

Serão instaladas Zonas Eleitorais para que os psicólogos residentes nos demais muni-



cípios possam votar. Veja abaixo seu local de votação, determinado conforme seu cadastro:

20ª Zona Eleitoral

R. Oswaldo Cruz, 47 – Vl. Xavier – Assis – SP.

21ª Zona Eleitoral

R. Albino Tambará, 5/28 – Bauru – SP.

22ª Zona Eleitoral

R. Frei Manoel da Ressurreição, 1251 – Campinas – SP.

23ª Zona Eleitoral

R. Thomaz Nogueira Gaia, 168 – Ribeirão Preto – SP.

24ª Zona Eleitoral

R. Luiz Pinto Flaquer, 523 / 6ª and. sl 6 – Santo André / SP.

25ª Zona Eleitoral

R. Martin Francisco, 225 – Santos – SP.

26ª Zona Eleitoral

R. Cel. Spinola de Castro, 3360-2ª a. bl. B-S. J. do Rio Preto/SP

27ª Zona Eleitoral

R. Nancy Guizard, 25 – Taubaté – SP.

Os demais psicólogos, cujo município não pertença às zonas eleitorais acima citadas, deverão votar obrigatoriamente por correspondência. As cédulas para votação serão enviadas pelo correio com envelope porte-pago pelo CRP/SP. Veja como votar por correspondência:

1º Marque seu voto na cédula, preenchendo todo o ;

2º Coloque a cédula no envelope em branco, colando-o;

3º Preencha a papeleta com letra legível, assinando-a;

4º Coloque o conjunto envelope-papeleta na sobrecarta;

5º Entregue até o dia 27/08 prazo final para postagem (no horário de funcionamento do correio), ou se preferir, pessoalmente na Sede/ Subsede mais próxima do seu município.

Quaisquer dúvidas, entre em contato com a Comissão Regional Eleitoral, TEL: (11) 3061-1328 ou 3061-9494 ramal 300, e-mail: eleicao2004@crpsp.org.br ou consulte nosso site: www.crpsp.org.br.

No ano de 2001, realizamos nossa eleição através de urnas eletrônicas, objetivando facilitar o processo eleitoral.

Para o ano de 2004, em função das eleições municipais, o TRE não liberou as urnas eletrônicas. Assim, as eleições no CRP-SP serão realizadas em urnas convencionais e estamos negociando a possibilidade de realizar a apuração através de leitura ótica, o que viabilizará a apuração dos votos de forma mais rápida e eficaz.

“Trabalhando juntos, unimos e fortalecemos a nossa categoria”. ●

Chapa Cuidar da Profissão em São Paulo

Plataforma eleitoral

Um pouco de história

O movimento Cuidar da Profissão tem representado, desde 1996, uma organização dos psicólogos voltada para colocar a Psicologia no contexto social de forma a garantir que seja uma profissão reconhecida pela sociedade pelo seu compromisso ético. O nosso é lutar por uma sociedade transformada, justa, democrática e igualitária.

Nessa direção, as ações desenvolvidas pelo Cuidar da Profissão no âmbito dos Conselhos marcaram eixos importantes dessa direção: compromisso social como lema da I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia; articulação entre a prática profissional e a pesquisa com relevância social, como referência para o I Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão; defesa do fim dos manicômios judiciários, defesa dos direitos da infância e da adolescência, denúncia da discriminação racial, defesa de uma educação inclusiva de qualidade, como temas das Campanhas Nacionais de Direitos Humanos; articulação e inserção da Psicologia nas políticas públicas, como objetivo do Banco Social de Serviços em Psicologia; produção de referências para o exercício profissional nas diversas áreas de atuação, como forma de garantir a qualidade técnica e ética dos serviços prestados, por meio de debates, campanhas, resoluções sobre a profissão: participação na luta antimanicomial; resoluções sobre homossexualidade, racismo, testes psicológicos, serviços de psicologia pela internet, documentos escritos decorrentes da avaliação psicológica, psicoterapia, títulos e registro de especialistas, acunputura, hipnose, práticas alternativas, pesquisas com seres humanos; participação nos órgãos de controle social.

Nas ações dentro dos conselhos, o movimento Cuidar da Profissão se pautou por uma perspectiva democrática, garantindo a participação ampla e diversa, como por exemplo na realização de fóruns temáticos (Trânsito e Circulação Humana, Avaliação Psicológica, Ética, Educação).

Cuidar da Profissão também é mudar, atendendo às mudanças da realidade e às demandas sociais mais urgentes. A partir do que fizemos, temos propostas do que devemos fazer na próxima gestão.

Nossas propostas

Valorizar a profissão

A valorização da profissão tem várias dimensões. É preciso que ela seja reconhecida nas suas competências e especificidades pelos vários setores sociais. A relação com o Estado e com as outras profissões deve garantir, ao mesmo tempo, a construção conjunta de políticas e ações e o respeito à demarcação de nossa profissão. O fortalecimento da institucionalização da Psicologia como profissão é importante nesta conjuntura em que a tendência é a diluição das áreas e a desregulamentação das práticas. Devemos trabalhar por isso, mas sem sectarismos ou corporativismos reducionistas.

Isso se faz também trabalhando em outra dimensão, na construção de referências para o exercício profissional e, para isso, devemos ampliar o debate entre os psicólogos sobre suas práticas, procedimentos e instrumentos. Ao mesmo tempo, devemos continuar vendo o Conselho como espaço de construção coletiva, mas sem diluir seu papel de orientação e fiscalização do exercício profissional.

Contribuir na construção de políticas públicas

Entendemos que esta tarefa é urgente por duas condições que se cruzam. Temos um Estado carente de políticas públicas que coloquem serviços profissionais acessíveis a toda a sociedade, principalmente a quem deles mais necessita. E temos uma história profissional de pouca inserção nesse campo. Construir políticas públicas é fortalecer a cidadania e melhorar as condições de vida no Brasil e os psicólogos devem estar presentes nesse trabalho. Devemos desenvolver ações que apresentem a importância da Psicologia e apontem a necessidade de que ela seja incluída em diversos setores de políticas públicas e devemos participar dos órgãos de controle social, lutando por políticas amplas e democráticas.

O fortalecimento do Banco Social de Serviços em Psicologia se insere nesse âmbito, pois representa a concretização dessa apresentação da Psicologia e suas possibilidades. Pretendemos contribuir para as ações do Banco Social em São Paulo e em todo o Brasil, a fim de garantir que alcance seus objetivos no período previsto para sua existência.

Organização da Psicologia e participação em movimentos sociais

A Psicologia que se organiza, se fortalece como área, para enfrentar seus desafios e para se inserir em lutas mais amplas. Por isso, entendemos que as entidades organizativas da Psicologia devem ser valorizadas e apoiadas. É importante, principalmente, o apoio à ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), para a criação do Núcleo Regional Paulista, valorizando a discussão da formação e do ensino de Psicologia.

Participar e apoiar a ULAPSI (União Latino Americana de Entidades de Psicologia) representa reconhecer que temos lutas comuns com os colegas latino-americanos e isso só nos fortalece.

Para além da Psicologia, devemos apoiar movimentos sociais que estejam no campo das lutas democráticas e por uma sociedade mais justa, principalmente aqueles que atravessam nosso exercício profissional: fortalecimento do SUS; luta antimanicomial; fortalecimento e defesa do ECA e contra a redução da maioria penal; defesa da escola pública; democratização da comunicação.

Psicologia e Direitos Humanos

As profundas desigualdades sociais de nossa realidade, a falta de espaços democráticos em todos os âmbitos, os diferentes pro-

cessos sociais de exclusão impõem que a bandeira da defesa dos Direitos Humanos seja também uma prioridade. Como psicólogos, temos um viés fundamental a ser apresentado, estabelecendo essa relação. Por essa via também nossa compreensão ética da profissão se esclarece para a sociedade e podemos prestar serviços importantes. Assim, devemos manter e fortalecer as Comissões de Direitos Humanos e nos apresentarmos, sempre que for necessário, defendê-los.

A nossa visão do Conselho

Temos entendido os Conselhos de Psicologia como entidades de mediação entre a sociedade e a profissão. Se produzimos referências à atuação profissional, se buscamos a inserção da Psicologia nas políticas públicas, se trabalhamos para articular a Psicologia às urgências e necessidades da sociedade brasileira, é porque entendemos que é papel do Conselho cuidar do serviço prestado e oferecido pela Psicologia à sociedade, no que diz respeito à sua qualidade e ao projeto com o qual está comprometido.

Assumindo essa perspectiva, colocamos-nos obrigados a gerir este espaço com seriedade e transparência. Devemos cuidar dos recursos de que dispomos para a realização dessa tarefa rigorosamente e devemos permitir que esse trabalho seja, como um todo, democraticamente acompanhado. Mais do que isso, devemos garantir que as ações do Conselho, suas metas e prioridades sejam democraticamente construídas.

Nossa chapa

efetivos

Maria da Graça Marchina Gonçalves
Elisa Zaneratto Rosa
Maria Ermínia Ciliberti
Lúcia Fonseca de Toledo
Chica Hatakeyama Guimarães
Patrícia Garcia de Souza
Maria Cristina B.M. Pellini
José Roberto Heloani
Marilene Proença R. de Souza
Élcio dos Santos Sequeira
Elcimara Meire R. Mantovani
Débora Cristina Fonseca
Maria José Berto (S. J. do Rio Preto)
Fátima R. Riani Costa
Andréa Torres

suplentes

Ana Paula Pereira Jardim (Ribeirão Preto)
Sueli Ferreira Schiavo (Grande ABC)
Valéria Castro A. C. Penachini (Assis)
Maria Izabel N. Marques (Campinas)
Sandra Elena Sposito (Bauru)
Elda V. Dunley G. Machado (V. do Paraíba)
Zuleika Fátima V. Oliván (Baixada Santista e Vale do Ribeira)
Vera Sonia M. Menegon
Lumena Celi Teixeira
Andréia de Conto Garbin
Adriana Eiko Matsumoto
Cármem Sílvia R. Taverna
Oliver Zancul Prado
Vera Lúcia F. Pompílio
Daniela Fogagnoli

Subsede Assis

Protagonismo social do jovem: ética, política e arte

Estimular e dar visibilidade ao jovem através da arte estabelece vínculo social expressivo e indispensável para a construção da cidadania

A expansão do chamado terceiro setor com participação direta de psicólogos tem revelado boas surpresas através de projetos que valorizam a cidadania e a integração do sujeito na dinâmica social de cada comunidade. No interior de São Paulo, iniciativas da sociedade civil em parceria com o poder público local ganham reforço com o apoio de entidades comprometidas com a inserção social, como o CRPSP e suas subseções. Elcimara Meire da Rocha Mantovani, conselheira do CRP-SP, diz que o Conselho incentiva projetos que “invistam na criança e no adolescente, buscando resgatar sua cidadania”. “A importância dos projetos dessa natureza para o CRP está no desenvolvimento emocional que propicia à criança e ao adolescente, buscando desenvolver sua auto-estima através de sua própria realização pessoal”, argumenta. Essa preocupação em construir respostas efetivas para as necessidades sociais, urgentes, no Brasil, pode ser observada em dois projetos voltados para os jovens na região de Assis.

Em Marília, uma experiência com a população infanto-juvenil tem se apresentado como uma boa alternativa para reintegrar os jovens à comunidade, reduzindo as perspectivas de violência e abandono. Há três anos, desenvolve-se o Projeto Arte-Educação para a Cidadania, que nasceu da intervenção de professores e alunos da UNESP ligados ao Núcleo de Ensino e da ONG Gota D'Água. O programa trabalha a arte como ambiente educativo para que crianças e adolescentes percebam seus direitos e deveres de cidadãos e se envolvam com a dinâmica da coletividade.

A linguagem artística usada foi a fotografia. Cerca de 160 jovens e 30 educadores realizaram ensaios fotográficos com ênfase para o meio ambiente. Parte do trabalho está contemplada no livro “Meninos Fotógrafos e os Educadores” - Editora Unesp, 2003 -, obra que traz o olhar infantil, mas denunciador, da depredação ambiental. Segundo Carmem Silvia Sanches Justo, psicóloga e responsável pelo projeto, esse trabalho foi tão positivo que se desdobrou e terá continuidade. Só que com uma amplitude maior. Alunos de três escolas estão no novo projeto: uma escola técnica de Cafelândia, uma da periferia de Marília e outra de assentados rurais do município de Guarantã. Os jovens vão desenvolver trabalhos sobre

o meio ambiente em torno de três eixos temáticos: a questão da água, do lixo e do assentamento.

Os alunos de Cafelândia vão apresentar um teatro que tratará do rio que corta a cidade e que precisa ser salvo. Em Marília, os alunos vão fazer um teatro com material de sucata e fotografar os aterros sanitários. Os de Guarantã vão se ocupar com um teatro-fórum problematizando a questão do trabalho de bóias-frias no cultivo da cana. A proposta é intercambiar as experiências entre jovens com realidades diferentes, mas com propostas em comum: integração social e cidadania.

“O jovem vai parar de depredar e vai se inserir como cidadão por meio de uma série de atividades visando o protagonismo dos adolescentes e de ações investidas de afeto nos espaços em que eles habitam, seja na escola, na zona rural ou no centro comunitário”, acredita Carmem Justo. Ela dá conta de que os resultados são perceptíveis. “Houve redução de brigas e melhoria da convivência na escola, além do fortalecimento dos vínculos afetivos na família e entre professores e alunos”, afirma. Para Carmem, é um terreno interessante para os psicólogos se envolverem, pois esse tipo de projeto oferece elementos para a compreensão da subjetividade dos jovens.

Arte circense - Já em Assis, um grupo de profissionais recém-formados, a maioria em Psicologia, movidos por uma preocupação sócio-política e artística, que se expressou inicialmente através do circo e de oficinas de palhaço, decidiram criar uma ONG capaz de sustentar uma forma coletiva de trabalho, com atuação social responsável e comprometida com a organização das forças coletivas. A cultura como campo de afirmação de singularidades, sejam elas da comunidade local ou do indivíduo, é o princípio do projeto Circulando, da instituição CIRCUS (Circuito de Interação de Redes Sociais) titulada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de caráter autônomo e apartidário.

Muito embora o jovem envolvido ganhe benefícios emocionais e psicológicos, a preocupação do CIRCUS é envolver os participantes em atividades artísticas e não utilizar o circo como instrumento terapêutico. Mas o projeto Circulando pode representar uma perspectiva favorável para meninos de baixo nível sócio econômico, em virtude das apresentações que acontecem em lugares de acesso restrito a essa população. Além disso, devido às parcerias com o poder público local e com as organizações da sociedade civil, essas pessoas podem usufruir de bens públicos, como transporte, alimentação, materiais e espaços para treinamento.

Tiago Cassoli, vice-presidente do CIRCUS e psicólogo, explica que, durante o processo, o Circulando desenvolveu atividades sócio-educativas e lúdicas com os jovens. “Tra-

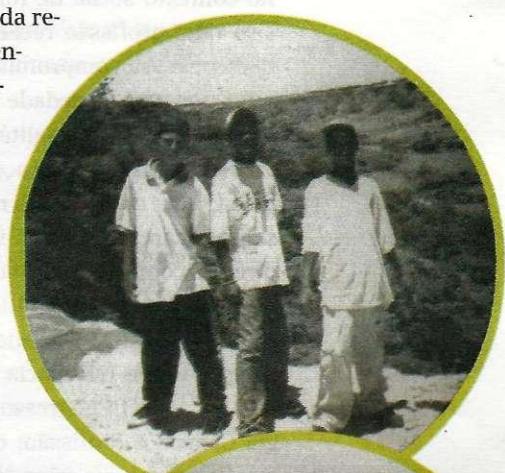
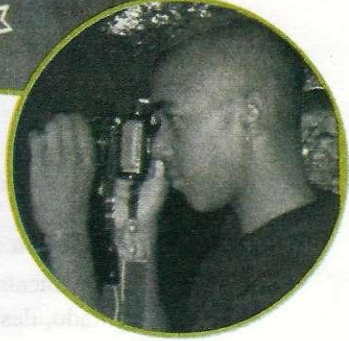
balhou-se a questão do grupo, da confiança e da relação entre eles dentro do coletivo”, revela. “O protagonismo está na ajuda de cada um deles ao montar as peças, os materiais e o cenário. Eles opinam sobre os números que apresentam”, continua.

O projeto foi realizado, no começo, em dois territórios: na escola estadual “Lea Rosa Melo Andregretti”, e no barracão da FICAR (Feira de Indústria e Comércio de Assis e Região), espaço cedido pela Prefeitura, com crianças da ONG “Casa da Criança”, ambas de regiões periféricas e carentes de Assis. Foram atendidas 80 crianças/jovens (de 6 a 16 anos) distribuídas em quatro turmas. “Os monitores reuniam-se uma vez por semana para discutir as estratégias de ação e trocar experiências vividas nos diferentes grupos, etapa importante de socialização”, ressalta ele.

No ano de 2004, as atividades passaram a se concentra na FICAR e, além dos alunos do ano anterior, foram abertas mais 20 vagas para crianças do Projeto ABC da prefeitura de Assis, 30 vagas para os da Escola Carolina Burali, e dez vagas para os do Projeto Jovens em Ação, que atende adolescentes em conflito com a lei, desenvolvido pela filantrópica espírita “Nosso Lar”.

A metodologia utilizada baseia-se no aprendizado das técnicas circenses, em conversas sobre o circo, na montagem de pequenos espetáculos que são construídos coletivamente pelos participantes, em trabalhos de roda realizados no final de cada oficina. Havendo oportunidades, levando-os, como público, em apresentações artísticas. O projeto recebeu apoio financeiro para compra de materiais e equipamentos circenses da Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE e recebe regularmente uma pequena ajuda de custo da Secretaria Estadual de Educação por meio da inclusão das oficinas de circo no projeto pedagógico da Escola.

“Sela-se um comprometimento desde cedo com um estilo de vida e uma visão de mundo que incorpora a ética, a mobilização política e a dimensão estética na construção de uma realidade social mais justa”, acredita Tiago. São exemplos de boas referências de investimento na atuação do jovem como ator principal de ações coletivas que transcendem seu interesse pessoal. ●



O caminho para a construção das referências de conduta da Psicologia

A orientação profissional se baseia em Resoluções amplamente discutidas numa estrutura democrática pelas várias esferas do Sistema Conselhos

O Sistema Conselho de Psicologia, formado pelo Conselho Federal e os 15 Conselhos Regionais, tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional e zelar pela estrita observância dos princípios de ética e disciplina da categoria.

Mas como isso é feito? Quais os parâmetros para os trabalhos de fiscalização e de orientação a serem realizados? Enfim, como o sistema atua na direção de zelar pelo bom exercício profissional tendo como parâmetro os cuidados técnicos e éticos do fazer psicológico?

Assim como o Código de Ética, que foi criado através de uma Resolução, temos inúmeros outros aspectos da atividade profissional normatizados por várias outras Resoluções, formando um conjunto



Toda a regulamentação tem que ser nacional, o processo tem que ser amplo, democrático, garantir a diversidade e buscar as competências

de legislações que devem ser consideradas como referências fundamentais para o exercício profissional.

Os caminhos para se chegar a uma referência começam nas bases. Uma dúvida profissional importante que chega aos Conselhos Regionais para a qual ainda não se têm respostas ou uma posição oficial do Conselho Federal de Psicologia pode gerar no futuro uma Resolução. Até lá, o questionamento é repassado a todos os Conselhos Regionais de Psicologia do país: especialistas, professores e pesquisadores que atuam no campo do assunto em ques-

tão são convocados para debater e atuar em uma comissão a fim de que possam dar seu parecer cientificamente bem fundamentado.

Desse debate, são produzidas minutas com as várias sugestões apresentadas pelos estudiosos e conselheiros da Psicologia. O CFP organiza esse material e redistribui minuta aos Conselhos Regionais, que, por sua vez, apresentam novas considerações. Dependendo da complexidade ou da polêmica que a temática encerra, até um encontro pode ser convocado, assim como uma jornada ou um seminário. A decisão final a respeito da Resolução a ser criada é tomada na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), instância de deliberação máxima do Sistema e que é convocada duas vezes por ano. Outra esfera que pode ser criada para a discussão da matéria é um fórum, um dos espaços mais amplos e democráticos para a construção das referências, como foi o caso do Fórum de Ética realizado em setembro do ano passado, para a discussão do Código de Ética.

Ao longo dos anos, foi se percebendo que grande parcela das queixas transformadas em denúncias que geravam processos éticos, ocorriam devido à insatisfação do usuário com a qualidade de documentos escritos pelos psicólogos - laudos, relatórios, pareceres. Quando se percebeu que grande parte dos processos se referia a isso, foi desencadeado no Brasil um processo - agora, um processo social - de construção de referências, e criou-se um manual para a construção de documentos a partir de avaliação psicológica. Estão lá no manual referências claras quanto aos cuidados para a elaboração de documentos escritos.

O processo para se chegar a uma Resolução é longo, profundo, envolve muita gente e às vezes forte discussão. Mas o

que fazer até a construção da referência? O procedimento das Comissões de Fiscalização e Orientação deve ser o de procurar respostas aproximadas dentro do Código de Ética.

Situação emblemática foi a do atendimento psicológico pela internet. O Conselho precisava responder à categoria se ela podia ou não prestar serviços psicológicos por essa via. Havia um vácuo sobre uma questão, o que deixava os Conselhos desorientados.

Para tratar da matéria, foi realizado o primeiro seminário sobre Psicologia e In-

formática. Todos que trabalhavam nessa questão, fossem das universidades ou de institutos de pesquisa, foram convidados a vir a São Paulo para apresentar seus trabalhos. Os conselheiros acompanharam todas as Mesas e todos os debates. Com base nas questões abordadas, o grupo formado para analisar os estudos chegou à conclusão, traduzida agora em Resolução, que diz: "o coletivo considera que o psicólogo não tem condições de fazer psicoterapia pela internet, porque não se desenvolveu ainda a ferramenta adequada, mas é possível oferecer uma orientação profissional e aconselhamento".

A partir dessa maratona de discussões, foi aprovada uma Resolução¹ que proíbe a psicoterapia pela internet. A Resolução permite a realização de outros serviços, desde que o site seja credenciado no CFP e autorizado pelo Federal, responsável, frente à sociedade, pela qualidade do serviço que está sendo prestado. Com a normatização, a orientação passou a ser segura. Se alguém, hoje, liga para o CRP-SP com essa dúvida, a resposta será clara e direta. Até pouco tempo atrás, os Conselhos não tinham o que dizer para o psicólogo.

Diversidade e amplitude territorial - O CRP SP é cuidadoso ao construir as referências, pois deve permitir a diversidade da Psicologia no processo de elaboração de uma referência. Não se pode criar uma regra que elimina uma determinada abordagem da possibilidade de realizar aquele trabalho. Isso envolve uma disposição e a compreensão dos gestores de seu papel de abrir a discussão, colher informações, fazer com que as diversas visões se encontrem para produzir debates e encontrar o que há de comum e não de colocar suas opiniões particulares como regra da orientação.

Qualquer orientação para o exercício da profissão deve ser nacional, pois a profissão é regulamentada nacionalmente. Mas São Paulo, como qualquer outro Estado, poderá e deverá participar de discussões de natureza que digam mais respeito a uma determinada localidade. Toda a regulamentação tem que ser nacional, o processo tem que ser amplo, democrático, garantir a diversidade e buscar as competências. ●

¹ Resolução nº 003/2000 de 25/12/00, alterada posteriormente pela Resolução nº 010/2003.

Conheça as resoluções que regem a profissão: www.crp.org.br. Depois clique "orientação" e em seguida "legislação e regulamentação profissional".

Aqui você estava no primário e era conhecido como o aluno mais calmo e paciente.

Aqui você estava no colégio, refletindo sobre que profissão ia seguir.

E aqui você decidiu que seria um profissional 5 estrelas.

Aqui você já era o melhor conselheiro entre os seus amigos da oitava série.

Aqui, como não podia deixar de ser, você se formou em Psicologia.

PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL. A DIFERENÇA ENTRE SER BOM E SER MELHOR.

Cursos Lato Sensu

- Famílias
- Psicologia da Saúde: práticas contemporâneas na clínica ampliada e na psicoterapia breve
- Psicopedagogia

Cursos de Extensão Universitária

- Avaliação Psicológica: Psicodiagnóstico Miocinético – PMK
- Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica e para psicólogo perito examinador do trânsito

- Capacitação para psicólogos para avaliação psicológica dos candidatos ao uso de porte de arma
- Psicopatologia

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, EXTENSÃO E ATUALIZAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS.



UNICSUL
universidade cruzeiro do sul

Informações
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Telefones: 6956-2979 e 6137-6734 • pos@unicsul.br • www.unicsul.br/pos

Matrículas abertas

CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA BREVE E HIPNOTERAPIA

de 14 a 17 de outubro - São Paulo

Blue Tree Towers Convention Ibirapuera

<p>O que é Psique?*</p> <p>Pensamentos, Sentimentos, Emoções, Comportamentos e Alterações desses *</p> <p>O passado, presente e possibilidades da Psicoterapia no Brasil</p> <p>Educação para a morte</p>	<p>Algumas considerações sobre críticas epistemológicas às abordagens essencialmente diretivas</p> <p>O que é Psicoterapia Breve?*</p> <p>Comunicar e dialogar</p> <p>O que é Hipnose?*</p> <p>Hipnose em Psicoterapia *</p>	<p>Reflexões sobre possibilidades de crescimento do psicólogo e psiquiatra</p> <p>Como errar no diagnóstico</p> <p>Psicoterapia e Distúrbios Psicossomáticos *</p> <p>Fé e Efeito Placebo</p> <p>Hipnose e Dor em Medicina e Odontologia *</p>	<p>Indução Clássica e Ericksoniana *</p> <p>Psiconcologia</p> <p>"Conhece a ti mesmo" e ao outro</p> <p>3 estudos de caso de Depressão *</p> <p>3 estudos de caso de Ansiedade *</p>
---	--	--	--

para pagamento até 30/07-R\$ 375,00 (3 x R\$ 125,00)
para pagamento a partir de 01/08-R\$ 480,00 (3 x R\$ 160,00)
Estudantes terão 20 % de desconto

REALIZAÇÃO
Instituto Milton H. Erickson de São Paulo
Instituto de Hipnoterapia Educativa

INFORMAÇÕES
www.hipnoterapia.com.br
hipnoterapia@hipnoterapia.com.br
Fone 11 5585 3372 Fax 11 577 3692

* Esses tópicos serão abordados por três profissionais de diferentes linhas teóricas, raramente havendo repetição de palestrantes, sendo todos de renome.

Protegendo e fortalecendo a família

Cerca de 100 mil famílias da Capital são o público-alvo do PROASF, que visa uma política de ação social mais ativa para as pessoas carentes, atendidas diretamente por psicólogos e assistentes sociais

Muitos psicólogos e assistentes sociais, que acompanharam com entusiasmo, em 2002, o "Fortalecendo a Família" do Governo do Estado, chegaram a presumir, por notícias desencontradas, que o programa tinha acabado no ano seguinte. De caráter sócio-educativo, que não só garantia a transferência de renda às famílias, mas procurava apoiá-las com ações que as tirassem dos riscos sociais provocados pela recessão do País, a iniciativa mudou de mãos e chegou como boa notícia ao ser transferida, com outro nome - Programa de Assistência Social à Família -, para a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo.

Neiri Bruno, coordenadora-técnica do programa, explica que a experiência anterior de um ano, feita com 14 mil famílias carentes, contou com as parcerias da PUC-SP, que, como universidade, produziu uma reflexão acerca da metodologia do trabalho com a família e um banco de dados a respeito. "Essa experiência nos permitiu partir, no exercício de 2004, já com todas essas introspecções, e re-desenhando o programa", afirma.

O Programa de Assistência Social à Família, iniciado em fevereiro desde 1994 e desenvolvido com recursos provenientes de sua municipalização, e parte financiado pelos governos federal e estadual, ganhou uma amplitude maior em territórios onde residem pessoas de altíssima vulnerabilidade. "Estamos também partindo para novos territórios que não eram cobertos, apesar de o programa anterior já ser realizado nas zonas periféricas de maior exclusão social", diz Neiri.

Ela explica que a principal diferença é que a Prefeitura dispõe de um estudo, inexistente em 2002, realizado em parceria entre a Secretaria de Assistência Social e o Centro de Estudos da Metrópole, que, a partir de 13.120 setores censitários, localizou na cidade de São Paulo aqueles de maior privação sócio-econômica. "Chegamos a 401 setores censitários de altíssima privação, onde estão situadas as cerca de cem mil famílias mais vulneráveis da cidade, por causa de uma conjugação de fatores sociais", descreve a coordenadora-técnica, citando como fatores, além da baixa renda, as famílias com muitos filhos jovens, baixa escolaridade, entre outros.

O grupo de cem mil famílias é o alvo da ação "em massa" do PROASF. Mas Neiri ressalta que a atenção é individualizada e potencializada, criando um fator multiplicador em cada região. "Certamente, as famílias, que merecem uma atenção maior, serão acompanhadas por meio de visitas domiciliares e por grupos sócio-educativos de até 30 pessoas", acrescenta.

O acompanhamento, feito por um tempo determinado pelo programa, acontece à medida que se observam algumas superações das situações iniciais, que determinam quais as famílias que receberão acompanhamento de maior ou menor frequência. O programa alcançará o objetivo quando atingir as cem mil famílias visadas, potencializando os territórios para receber outras iniciativas que atendam às novas necessidades comunitárias.

Neiri Bruno lembra que o programa pode, inclusive, promover pressões sobre o poder



público. "Esse é um grande resultado que pode ocorrer. Se as famílias estiverem fortalecidas, unidas, elas poderão exigir mais os direitos que elas possuem efetivamente."

A cada etapa do PROASF, 19 mil famílias recebem o acompanhamento especial por intermédio da estrutura de seis organizações conveniadas, chamadas de incubadoras sociais. São organizações que desenvolvem o trabalho direto e produzem tecnologia social - sistematizando resultados e registrando as experiências bem-sucedidas. "Essas incubadoras formaram equipes de trabalho, compostas por profissionais de nível universitário, assistentes sociais, psicólogos e estagiários dessas áreas", conta ela.

De acordo com Neiri Bruno, a experiência de unir profissionais de psicologia e dos serviços de assistência social no primeiro programa está se repetindo de forma satisfatória. "São trabalhos que se complementam. Psicólogos e assistentes sociais que acompanham um grupo de até 200 famílias trocam as experiências com abordagens diferentes, pois o trabalho leva em conta tanto a dimensão da subjetividade como os fatores do campo das necessidades sociais, das inserções sociais", analisa.

O primeiro passo do PROASF foi conhecer o território e as organizações locais (centros comunitários, sociedades de amigos de bairro, escolas, creches etc.) que podem sediar o trabalho coletivo com as famílias. Além desses núcleos, os profissionais realizam também o trabalho direto, indo à casa da família. Após o reconhecimento do território, ocorre a abordagem direta para a seleção das famílias. Nessa escolha, levam-se em conta as famílias com maior risco social, como aquelas que estão em abrigos públicos ou com os filhos sob medidas sócio-educativas ou de privação de liberdade. Assim, cumpre-se a política de proteção social a que se propõe o PROASF.

Apesar do número ainda pequeno de profissionais do PROASF - um psicólogo para cada 200 famílias - o trabalho não fica restrito à reunião dos grupos comunitários. As famílias que passam pelo chamado altíssimo risco social - com filhos detidos na FE-

“Estamos tendo depoimentos positivos, demonstrando principalmente o anseio dessas famílias em ter com quem conversar, em serem ouvidas”

Neiri Bruno

BEM ou violência dentro do círculo familiar, por exemplo, recebem, segundo Neiri, visitas domiciliares para um atendimento mais constante e intensivo. Esse apoio psicológico é feito principalmente para a mãe, que é, na maioria das vezes, a voz ativa da família, pois procura o bem estar dos filhos e é o ente familiar mais interessado nas políticas públicas que pode beneficiá-la. Além do apoio psicológico, a Secretaria de Assistência Social oferece, por exemplo, alimentação e abrigos para as famílias sem-teto em todos os focos de risco social.

Pelo lado das famílias, Neiri garante que a aceitação está sendo significativa. "Com esse início de trabalho, não sabemos ainda precisar qual está sendo o nível de permanência e evasão das famílias. Mas estamos tendo depoimentos positivos, demonstrando principalmente o anseio dessas famílias em ter com quem conversar, em serem ouvidas", conclui.

Uma preocupação da Secretaria da Ação Social é com a continuidade do programa, caso haja mudança da administração municipal após as eleições municipais. "Como qualquer programa, esse pode ser interrompido. Mas vale lembrar que o Governo Federal está priorizando, na esfera do Ministério da Assistência Social, a ação com a família, pois é um pólo irradiador de força para o trabalho social. E o recurso estadual, que é o maior de todos, é renovado a cada ano. No âmbito municipal, assinamos esse convênio até dezembro, podendo ser prorrogado por 60 meses. Porém, estamos confiantes de que um programa grande, que traz bons resultados à população, será mantido", espera a coordenadora-técnica. ●

Psicólogos latino-americanos buscam maior integração da categoria

Encontro no México proporciona troca de conhecimentos

Mais um passo foi dado rumo à interatividade e comunhão da Psicologia do continente americano. Entre os dias 19 e 30 de abril, a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) realizou, no México, o II Seminário “Diálogos com a Psicologia Latino-Americana”. Foram 12 dias de intensa troca de informações entre autoridades da Psicologia mexicana e oito lideranças da categoria de seis países: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba e Paraguai.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, que ao lado de Marcos Ferreira, do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, representara o Brasil, contou que eles tiveram contato com as experiências de colegas e estudantes de mais de 50 instituições de Psicologia do México. “Compartilhamos informações com acadêmicos e pesquisadores de 21 cidades, como a capital, México, Toluca, Morelia, Obregón, Puebla e Leon”, disse. Foram ocasiões para impulsionar os intercâmbios, convênios e pesquisas entre os psicólogos latino-americanos. “A idéia era explorar e difundir as experiências dos psicólogos de países diferentes, que compõem a ULAPSI, e à psicologia profissional e científica, e fortalecer os projetos da entidade, além de estreitar os vínculos e o desenvolvimento interinstitucional das organizações de psicólogos, faculdades e escolas de Psicologia no México”, resumiu Odair.

Nas palestras, cada participante apresentou dados sobre as capacidades e conhecimentos dentro de seu próprio campo. “No meu caso, falei sobre a Psicologia na América Latina, a questão do psicólogo e as relações de trabalho abordando a situação atual do continente”, afirmou. As oficinas, geralmente promovidas por um colégio ou por uma associação regional de psicólogos, eram ministradas nas várias instituições de ensino público e particulares de cada uma das cidades visitadas.

Para Odair Furtado, o II Seminário teve um saldo positivo. “Tivemos a oportunidade de mostrar o que sabemos e de

aprender com os mexicanos. Isso, é claro, sem falar das possibilidades de convênios, de produções conjuntas de trabalhos e intercâmbios que poderão advir desse encontro”, acredita ele. “Podemos vislumbrar oportunidades para futuros projetos”, espera.

O Secretário Executivo da ULAPSI, Raúl Rocha Romero, disse que o encontro representou um avanço muito importante nos propósitos da ULAPSI, particularmente em relação ao acordo sobre programas de intercâmbio que foi firmado na primeira Assembléia Geral Ordinária, realizada em Lima, no Peru, em julho do ano passado. “Torcemos para que atividades desse tipo possam se multiplicar entre as diversas entidades e países que compõem a União”, afirmou.

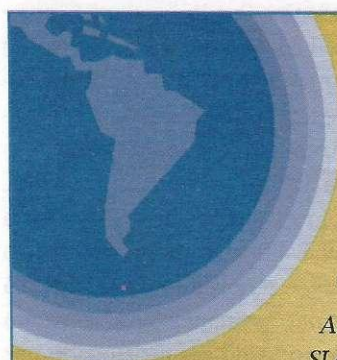
O presidente do CFP ressaltou a importância de perpetuar ações similares nos países latino-americanos. “É possível construir uma política para reforçar uma Psicologia em nosso continente. Temos o compromisso e a tarefa de reproduzir esse tipo de evento em outros países, oportunidades para a realização de contatos que gerem, além de incrementar as relações entre os psicólogos de culturas diferentes, mas com muitas identidades”, disse.

Essa não foi a primeira vez que psicólogos latino-americanos se reuniram para trocar experiências e conhecimentos. A decisão de reeditar o evento ocorreu em virtude de uma série de encontros exultosos. Em 2000, os Conselhos Federal e Regional de São Paulo participaram do I Congresso Latino-Americano de Alternativas em Psicologia, em Guanajuato, México.

Em abril de 2001, o CFP convidou cinco mexicanos a percorrer dez importantes cidades brasileiras, realizando conferências, simpósios e mesas redondas com psicólogos das universidades de cada uma dessas cidades (exemplo seguido pelos mexicanos em abril passado). Em agosto de 2001, em Santiago do Chile, aconteceu o encontro de mais de 50 psicólogos de 13 países latino-americanos. Em março de 2002, é realizado o I Seminário “Diálogos



com a Psicologia Latino-Americana”, que levou 8 professores brasileiros a 18 cidades mexicanas. E no final do mesmo ano, a ULAPSI ganhou corpo com a filiação de mais de 40 organizações de psicólogos de nove países latino-americanos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Cuba, Paraguai, Peru, Uruguai e México. ●



I Congresso Latino-americano da Ulapsi

Acontecerá em São Paulo, nos dias 20, 21, 22 e 23 de abril de 2005, o I Congresso Latino-americano da Ulapsi - União Latino-americana de Entidades de Psicologia. Para o evento, apoiado pela USP, pela PUC-SP, pela Universidade Autónoma do México, entre outras, são esperados em torno de 3.000 participantes representando todos os países da América do Sul. O Congresso celebrará a crescente integração da América Latina e a busca de adequação da Psicologia a uma nova realidade promissora. Daí, a convocação “Venha Celebrar o Fim de Cem Anos de Solidão!”

As propostas de trabalhos inscritas, que passarão por análise de uma comissão, nortearão o debate da ULAPSI através de conferências, mini cursos, mesas redondas, comunicação de pesquisa e comunicação de práticas profissionais.

As propostas deverão ser entregues até o dia 15 de novembro de 2004.

A baixaria como padrão de qualidade da TV

A mídia brasileira vem impondo padrões de conduta antiéticos e valores sociais distorcidos aos telespectadores e, conseqüentemente, concorrendo com a escola e os pais na construção da subjetividade das crianças

Rochelle Costi/Folha Imagem



Campeã de audiência da Rede Globo, a novela "Celebridade" também foi premiada no dia 12 de maio por sua liderança em outro ranking de programas de TV. Foi eleita a campeã de reclamações dos telespectadores por apresentar, em horário impróprio de exibição, cenas de apelo sexual e incitação da violência. A lista dos "Dez Mais" tratava da divulgação do sétimo ranking da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Seria surpreendente, mas não é, o fato de o programa mais assistido no Brasil ser o que apresenta mais elementos impróprios em horário em que muitas famílias - incluem-se crianças e adolescentes - estão reunidas em seu lar.

A novela Celebridade é apenas a ponta do iceberg de um problema que preocupa a Psicologia, já que a mídia vem impondo padrões de conduta antiéticos e valores sociais distorcidos aos telespectadores e, conseqüentemente, concorrendo com a escola e os pais na construção da subjetividade das crianças. A campanha da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que conta com a parceria do Banco Social de Serviços em Psicologia e tem como representante do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretzsohn, é uma das principais reações da sociedade a um processo nocivo que cresce assustadoramente no País. A outra ação dos profissionais, junto com outras categorias, é a participação ativa no Comitê Nacional pela Democratização da Comunicação.

A principal pergunta que se faz é: até que ponto é possível lutar contra o pode-

rio econômico das grandes emissoras comerciais, que despejam diariamente o lixo televisivo dentro dos milhares de casas brasileiras?

Dentro do meio televisivo, a TV Cultura é uma importante frente de resistência, defendendo a bandeira da ética e da programação de qualidade, mesmo que seja, ainda hoje, "um trabalho de formiga", como define o atual presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, Jorge da Cunha Lima, que estava desde 1995 na presidência-executiva da emissora - cargo esse ocupado hoje pelo ex-secretário da Cultura, Marcos Mendonça.

Jornalista e escritor, Cunha Lima enfrentou uma das maiores crises da TV educativa, mas sem abrir mão da premissa básica de oferecer uma programação que alia entretenimento e informação de qualidade. O presidente do Conselho Curador analisa o padrão, "nivelado por baixo", das TVs comerciais e mostra que o caminho é da perseverança - não do Governo e ou de pessoas isoladas - mas de toda a sociedade.

Jornal PSI - Como é possível explicar a deterioração da programação televisiva nos dias de hoje?

Cunha Lima - O Brasil perdeu um pouco os valores da escola pública republicana - aqueles de patriotismo, solidariedade, convivência humana, fraternidade. E também o jovem brasileiro ficou um pouco perdido da influência da família, da boa mesa da sala de jantar, onde o diálogo fa-

miliar passava em todos os níveis sociais. Havia uma certa formação do caráter a partir da escola pública e da família. Praticamente, tudo isso foi transferido para a televisão, que se transformou no único ponto de união da família ou, individualmente, do telespectador. Todos seus valores de consumo, de comportamento, de pensamentos políticos passaram a ser derivados da TV. Hoje, a TV faz um estrago ou um acerto muito grande, porque toda sensualidade, sensibilidade, generosidade, patriotismo, companheirismo, educação, ética, derivam um pouco da TV.

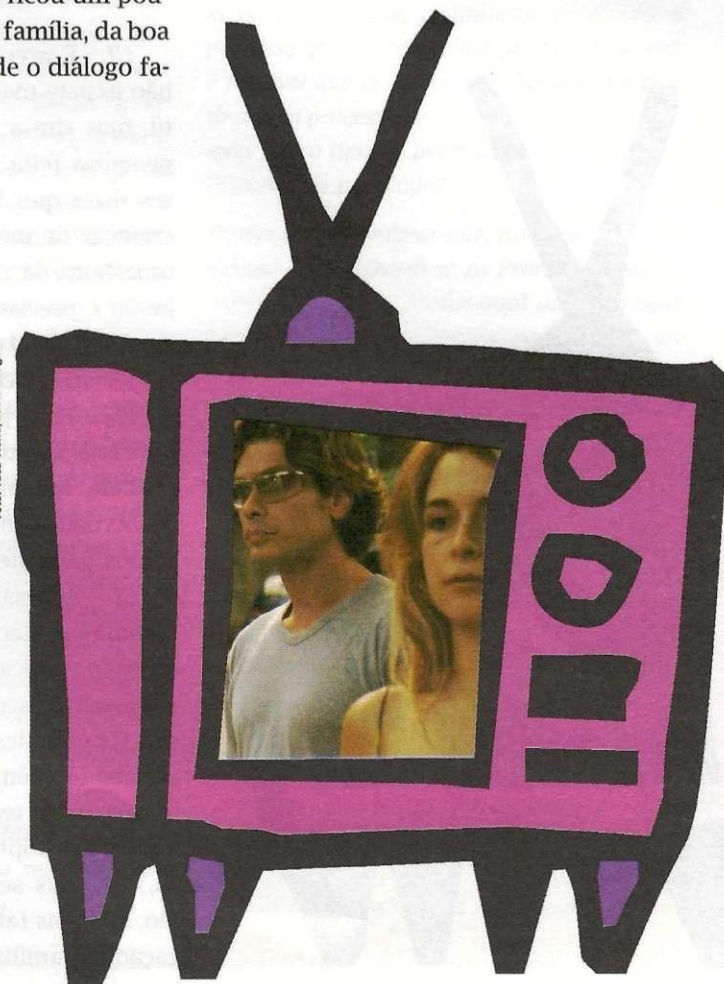
PSI - O consumo principalmente...

CL - Sim, até sandália havaiana, as pessoas usam hoje na missa ou no casamento. O *merchandising* influencia muito, sobretudo o *merchandising* em vídeo, sobre o desejo do telespectador. Isso é o primeiro fator. Depois, o desejo de consumo que passou a ser a base fundamental de estratégia do marketing, padronizou o desejo, a ansiedade, só que não tem resposta para a realização.

PSI - Geram frustrações ao consumidor...

CL - É um desejo irrealizado. Com isso, estamos construindo uma nação de revoltados e neuróticos, porque se oferecem

Foto: Tuca Vieira/Folha Imagem



carros esporte conversíveis de 200 mil reais para um pescador na beira do São Francisco que tem acesso a TV. Então, é um despautério. Agora, como a TV quer ter todo o público, o tempo todo, e algumas vezes não tem, o que eu chamo de audiência universal, provocou um rebaixamento generalizado da qualidade, no qual o domingo é o momento mais representativo, além da proliferação de diversos formatos de "Big Brother".

PSI - A oferta múltipla de dezenas de canais também contribuiu para isso?

CL - Infelizmente. Isso deveria seguir o fenômeno inverso: mais canais, mais concorrência, mais qualidade. No Brasil, acontece um fenômeno de marketing às avessas: a TV padronizou a baixa qualidade. Quanto mais desqualificado o programa, mais audiência tem. Isso é o que há de mais perverso na história mundial do mercado, porque tudo na vida humana virou entretenimento e espetáculo.

PSI - As emissoras comerciais costumam se defender dizendo que elas oferecem o que o público quer...

CL - De fato, uma vez o diretor do Ibope nos disse que qualidade é o que a audiência diz que é qualidade. Na minha visão, é a antítese disso. Quem forma o gosto do público é a oferta não a demanda. Se você oferece porcaria todos os dias, o público vai gostar de porcaria. Se oferecer coisa boa, o público vai se acostumar com coisa boa. Vide a Sinfonia Cultura que toca todos os sábados no Belenzinho e que hoje é um sucesso.

PSI - O sr. acredita no controle externo dessa programação?

CL - Só acredito no controle da sociedade. Mas hoje em dia se confunde o controle da sociedade com uma opinião de mercado. É evidente que ninguém quer a volta da censura. Mas temos de encontrar algum formato intermediário de auto-avaliação. Em segundo, que isso seja imposto pela pressão da sociedade. Acho razoável a indicação de horários ou algum tipo de controle paterno - como aquele eletrônico através de chips, que tem nos EUA.

PSI - A influência à criança é o mais preocupante?

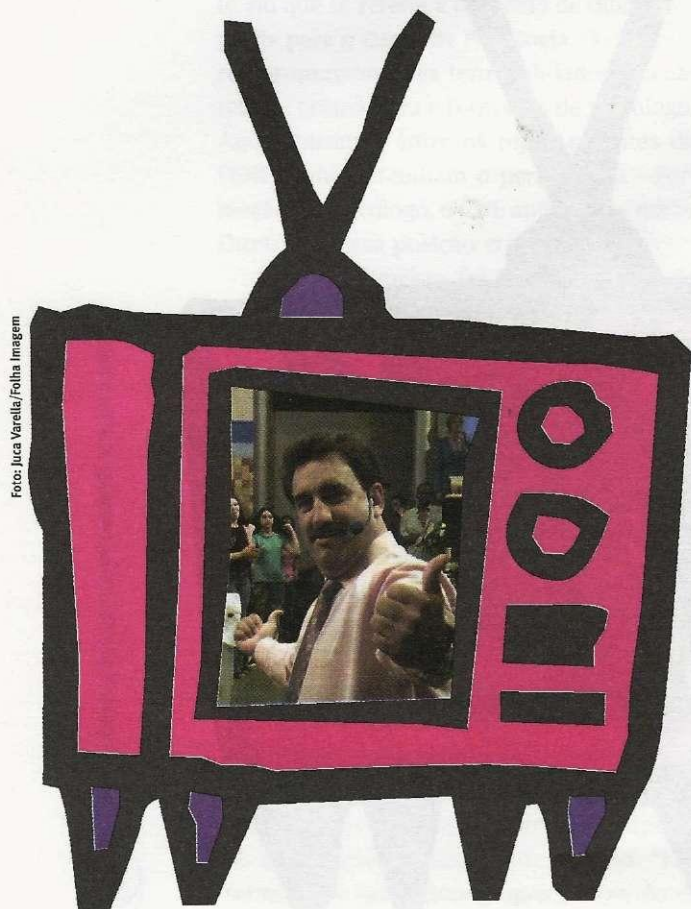


Foto: Juca Varela/Folha Imagem

XI Plenária do FNDC discute formação de Conselho de Comunicação Social

Nos dias 21, 22 e 23 de maio, na cidade de Goiânia, em Goiás, reuniu-se a XI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, cujo tema foi "Consolidar um Projeto Nacional para as Comunicações". Os principais tópicos abordados foram o fim do monopólio da comunicação, a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social e o novo sistema digital de televisão.

A participação da sociedade foi o tema que norteou os trabalhos do Fórum. O papel do Conselho de Comunicação Social foi discutido na plenária, ressaltando-se a importância da pluralidade da sociedade para a discussão de temas de relevância nacional. "Pude sentir como o Conselho Federal de Psicologia e os CRPs são referências para as demais categorias. Jornalistas, técnicos de televisão, da oficina de rádio, das rádios comunitárias e muitos especialistas em comunicação usam nossas discussões, constituição e forma de organização como referências. Tudo o que falávamos era aproveitado e eles fizeram questão da nossa participação em todas as mesas de discussão", revela a conselheira Fátima Taino, da subsede de Taubaté. Ela comemorou a retomada do Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação, parceria do Conselho Regional com o Sindicato dos Jornalistas, que é uma regionalização do Fórum Nacional e voltou às atividades no mês de maio.

Outro ponto debatido foi a proposta de políticas de TV digital. Houve muitas discussões técnicas sobre como será a nova tecnologia e qual será o impacto social dessa mudança. "As pessoas vão ter aparelho?" questiona a conselheira. "Será mais ou menos como ocorreu na mudança para TV em cores. O Brasil tinha a tecnologia para transmissão, mas teve de correr atrás de aparelhos porque as pessoas não as tinham. Novamente, há a elitização, pois ficará na mão de poucos - porque vai mexer com toda a indústria - e terão de dar conta de uma tecnologia diferente". O Fórum questionou também qual o tipo de tecnologia será adotada - nacional ou estrangeira - e destacou que a discussão deve ser trazida para a realidade sócio-econômica brasileira.

Encontro dos Psicólogos da Comunicação - Para ampliar e aprofundar o debate das questões abordadas na XI Plenária do Fórum Nacional, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo organizou no último dia 28 de junho uma reunião geral do Núcleo Paulista de Psicólogos pela Democratização da Comunicação com a presença do conselheiro do CFP, Ricardo Moretton.

Desse encontro será sistematizado um plano de ação dos psicólogos em busca da democratização da comunicação; quais as ações do psicólogo para que a comunicação no Brasil seja mais democrática e trazer à tona a discussão da mídia como formadora da subjetividade. Evento semelhante, mas de dimensões maiores, deverá ser realizado no segundo semestre.

Até o momento, 145 profissionais se inscreveram para participar do Núcleo. O site para se cadastrar é crpsp.org.br/demo/fr_demo.htm.

“A desagregação da família não é só uma questão moral mas também uma questão técnica: o pai e a mãe trabalham, o filho faz escola de noite; e há também a massificação das informações pela tecnologia”

Cunha Lima

CL - É preciso salientar que a criança não assiste mais só a programação infantil, mas sim a programação inteira. Uma pesquisa feita sobre o programa Jô Soares dizia que 10% da audiência eram de crianças de menos de 12 anos - e isso à uma hora da manhã. A criança vê tudo. Então é preciso que toda a programação seja suscetível para ser vista por uma criança sem chocá-la demasiadamente.

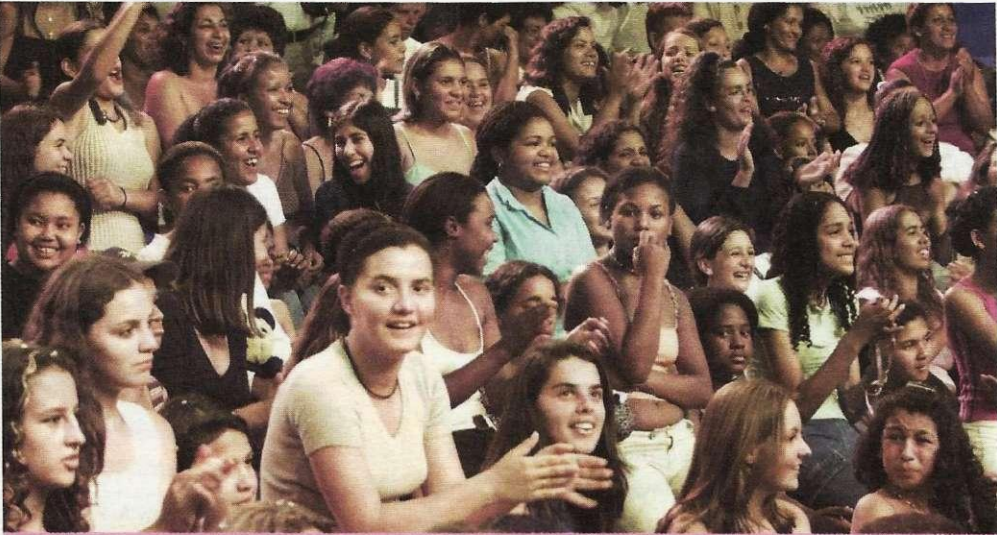
PSI - Esse problema não estaria também relacionado às transformações da sociedade. Mudaram os valores familiares. A liberdade é maior e um acompanhamento dos pais, menor?

CL - A desagregação da família não é só uma questão moral, mas também uma questão técnica: o pai e a mãe trabalham, o filho faz escola de noite e trabalha de dia. Há uma desestruturação conjuntural, mas há também a massificação das informações e da tecnologia, criando padrões novos, de cooptação da cabeça das pessoas, dos seus sentimentos e atitudes. Então, são dois fatores: o social, de desagregação da família e do ensino, e o fator da

invasão tecnológica - com padrões globalizados de estética, de ética e de técnica.

PSI - Qual a importância da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", da Comissão dos Direitos humanos?

CL - Existem dois movimentos no Congresso Nacional. Um é o movimento parlamentar de defesa da democratização da comunicação. E outro, a frente parlamentar, junto com a sociedade, no sentido de denunciar a baixaria na TV e de pedir que as empresas não anunciem nesses programas, e que a população não compre de quem anuncia. Nos EUA, isso funcionou bem. Não podemos pensar que vamos superar a força massificante da mídia. Temos que definir estratégias de boicote ao funcionamento da própria estrutura capitalista, da estrutura de mercado. Esse tipo de abstinência de compra, diretriz adotada no Fórum Mundial da Índia, pode ser muito eficaz. O mundo fez passeatas com milhões de pessoas contra a Guerra do Iraque e não adiantou nada. Agora e se o mundo parasse de comprar gasolina ou



Público do Programa do Ratinho de 24.10.2000, um dia após o apresentador ter mostrado cenas de uma menina de 3 anos sendo torturada por bandido. No telão, presidiários são entrevistados e dizem que matariam o torturador de forma cruel, enquanto o auditório aplaude.

boicotasse produtos para guerra? Então, seria o boicote da sociedade a esses que financiam a guerra.

PSI - É um movimento que pode se multiplicar?

CL - É uma tendência, hoje, de estratégia nas novas ideologias. O Brasil é sempre surpreendente. No momento, essa reversão é muito difícil, porque a "trombeta" das TVs comerciais é muito grande. Mesmo a multiplicação da concorrência - principalmente a TV a cabo - não ajuda, porque todas estão com o mesmo padrão. Foi definido um padrão pela emissora líder, que é de grande qualidade técnica, mas que deixa a desejar no conteúdo. E essa emissora chega a ter *share* de 60, 70, 80 por cento. No dia em que a Malu Mader deu um tapa na cara da Cláudia Abreu na novela a audiência chegou a 89%. Então é muito difícil um trabalho de desmanche dessa influência. Mas é possível um trabalho de formiguinha, no sentido de dizer: há um paradigma alternativo e não uma alternativa mercadológica.

PSI - Qual é o planejamento estratégico da TV Cultura para os próximos anos?

CL - A Cultura já foi uma TV puramente educativa na sua inauguração. Depois, ela virou uma TV artístico-cultural, e, mais tarde, passou a ser entretenimento e informação - com uma programação infantil robusta. Hoje, é uma TV generalista, que tem educação, cultura, informação e entretenimento. O jornalismo público visa a compreensão da notícia, e não o espetáculo da notícia. A programação educativa dá destaque para a formação crítica do homem. E o entretenimento é apenas uma estratégia para passarmos conhecimento e não apenas uma mera diversão.

PSI - A Cultura estaria, então, mostrando o modelo de equilíbrio que deveria ser adotado pelas TVs comerciais?

CL - O problema é que as TVs comerciais são o maior instrumento da venda a varejo, da venda massificada de tudo. É quase impossível para elas terem uma parceria desinteressada do consumo conspícuo. E isso compromete a questão ética. Pois eles teriam de contrariar o interesse de seu anunciante.

PSI - Os psicólogos estão participando ativamente nessa luta contra a falta de ética na programação de TV, nos movimentos citados no Congresso Nacional. O sr. acha importante que, não só os psicólogos, mas também outras classes de pro-

fissionais, mantenham esse constante compromisso social?

CL - O Brasil não é hoje apenas um problema do Estado ou do mercado. É, hoje, um problema da sociedade. Todo mundo tem de participar. E toda essa sociedade participante deveria estar mais atenta à TV, ao estrago e aos valores que a TV representa. Creio que estamos todos um pouco anestesiados pelo excesso de informações. E a informação é a trombeta da crise.

PSI - Um excesso de informação que acaba contribuindo para a alienação, pois não há seleção...

CL - Sim. Há muita informação mas com uma assimilação muito diminuta da mesma. ●

A Psicologia presente na TV

Colocar a profissão nos veículos de comunicação tem sido uma premissa constante do Conselho Regional de Psicologia. Além do jornal PSI, a entidade conseguiu ir além com uma iniciativa na mídia eletrônica que vem sendo elogiada pelos profissionais da categoria: o programa de televisão, chamado "Diversidade", que tem a proposta de ser um canal de diálogo do Conselho com os psicólogos e, com a vantagem, de levar também informação à população em geral.

O programa sofreu modificações ao longo do tempo e agora tem um formato mais dinâmico com destaque para o quadro em que o povo faz perguntas para o psicólogo.

Para Ana Bock, conselheira do CRP-SP, a amplitude que a Psicologia já adquiriu na sociedade justifica a sua divulgação - uma maneira de contrapor-se à imagem estreita da profissão, que simplifica as atividades do psicólogo em simplesmente aplicar testes, fazer seleção de pessoal, praticar psicoterapia e dar orientação profissional.

Ela enfatiza que há uma preocupação de levar uma visão realística da Psicologia para os leigos. Ana Bock salienta que, além de informar bem o público leigo sobre os critérios para a pessoa procurar um psicólogo, o programa pretende ser um ponto de referência para o profissional da área. "É um programa que fala com os psicólogos, levando as informações dos eventos que vão acontecer", acrescenta. Ela chama a atenção também para o quadro, "Um Dia na Vida de um Psicólogo", que acompanha um profissional de uma determinada área e mostra o que ele faz no trabalho dele, quais são suas atividades.

Trabalhos em comunidades e informações históricas da Psicologia são outros temas que, segundo Ana Bock, tornam o programa menos denso e mais acessível a todos os telespectadores. "O 'Diversidade' se renovou para dar conta de trazer outras questões relacionadas à Psicologia", argumenta. Segundo ela, o programa pretende valorizar a diversidade que hoje existe na Psicologia, por intermédio de um diálogo interdisciplinar. "Há pessoas entrevistadas no programa, que não psicólogas, que tratam de assuntos que interessam à profissão, trazendo leituras de outras áreas", afirma.

Para Ana Bock, as universidades também podem se beneficiar com as informações do "Diversidade". A produção de programas, como o da luta antimanicomial, é gravada e a fita enviada a todas as universidades, chamando a atenção para o movimento do momento e que pode ser passado como um vídeo. Hoje temos um acervo grande que oferecemos às bibliotecas universitárias. Por quê? Para debater progressão continuada, a questão da homossexualidade, problemas que hoje interessam para o mundo acadêmico", diz.

O programa "Diversidade", com meia hora de duração, é uma parceria com a TV PUC, transmitida pelo Canal Universitário, e atinge São Paulo e a Grande São Paulo, onde estão concentrados 48% dos 52 mil psicólogos do Estado. Algumas cidades do interior, também estão fechando parceria para retransmissão, como é o caso de Bauru.



Grade Programa Diversidade

A estréia de cada programa é na terceira quinta-feira do mês, às 21h30; e reprisado na terceira sexta-feira do mês, às 8h30, no terceiro sábado, às 15h00, e no terceiro domingo, às 21h30. Nova exibição é feita na quarta quinta-feira do mês, às 15h00.

Grade da programação em julho	
dia	hora
estréia	22 21h30
reprise	23 8h30
reprise	24 15h00
reprise	25 21h30
reprise	29 15h00

O universitário e sua formação

O índice de desenvolvimento e modernização de uma sociedade tem sido avaliado através do acesso de sua população ao ensino superior. Sob essa perspectiva, busca-se cada vez mais oportunizar esse acesso, evidenciado a partir não só de iniciativas institucionais (transformações no processo seletivo, alterações curriculares) como, e principalmente, governamentais, traduzidas no recente projeto do Ministério de Educação e Cultura "Universidade para Todos". Embora polêmico em sua estrutura pelas dificuldades de sua implantação, reconhece-se ser esse acesso fundamental para o desenvolvimento/crescimento do país. Para que possa ocorrer a democratização e expansão do saber, é necessária a ampliação do conhecimento da universidade sobre si mesma e de todos os segmentos que a constituem, de forma a garantir, com qualidade e ética, o cumprimento adequado de suas funções científicas e sociais. O conhecimento é necessário para se elevar a capacidade de efetiva participação na realidade na qual está se vivendo, para que se tenha uma intervenção mais competente no contexto desejado.

Desse modo, justifica-se a importância do livro resenhado, que focaliza diferentes questões relacionadas ao estudante universitário, sanando uma lacuna existente nos estudos sobre ensino superior, até então voltado para questões mais institucionais. A proposta central da presente obra dirige-se à compreensão da formação integral do aluno, inserido numa realidade concreta e dinâmica.

Organizado por Elizabeth Mercuri e Soely A. J. Polydoro, professoras pesquisadoras da UNICAMP, também autoras de capítulos, a obra conta com a participação de profissionais reconhecidos no meio acadêmico, que relacionam com propriedade os aspectos teóricos e práticos desenvolvidos, através de abordagens metodológicas diversificadas, demonstrando perfeito domínio de suas linhas de pesquisa, espírito investigativo e amadurecimento científico.

Refletindo a atual preocupação da área Psicologia com a Educação Superior, compõe-se de nove textos que descrevem um panorama bastante interessante dos avanços a respeito da Educação Superior e seu objeto de estudo: o universitário e sua integração aos diferentes contextos. Apesar da diversidade que caracteriza essa área, a forma como a obra foi organizada permite estabelecer articulação entre os capítulos, focados num denominador comum posicionamento crítico sobre a perspectiva integral da formação acadêmica.

O primeiro capítulo, redigido por Leandro Almeida e Ana Paula Soares, autores portugueses, tem como foco uma reflexão fundamental no que diz respeito à "democratização de acesso" ao ensino superior. A contribuição dos autores é extremamente relevante, detalhando o processo de ampliação da população universitária, hoje com características tão diversificadas, e suas consequências sobre a transição e adaptação à universidade. Os pesquisadores destacam a importância das dimensões do desenvolvimento psicossocial como básicas na compreensão e explicação da integração do universitário à sua trajetória acadêmica, sugerindo formas alternativas práticas para atendimento e acompanhamento desses estudantes por serviços institucionais que contem-

plem à heterogeneidade dessa nova população de universitários.

Nessa mesma direção, desenvolve-se o capítulo 2, de autoria de Soely A. J. Polydoro e Ricardo Primi. Além das valiosas contribuições dos resultados descritos para a compreensão da integração universitária, enfatizada nas variáveis personalidade, reprovação escolar e tempo de dedicação aos estudos, ressalta-se o mérito da construção da escala utilizada, evidenciando um estudo psicométrico cuidadoso e preciso, enriquecendo a área de elaboração de instrumentos, hoje tão carente de inovações.

Rita da Penha Campos Zenorine e Acácia Aparecida Angeli dos Santos, na seqüência dos textos, tendo como sustentação teórica a Psicologia Cognitiva e especificamente as teorias de Metas Realização e do Processamento da Informação, apontam a importância da motivação positiva para a aprendizagem e a necessidade de se buscarem estratégias que venham possibilitar o desenvolvimento de metas, expectativas, emoções e crenças que estimulem tal tipo de motivação.

Também versando sobre a questão da aprendizagem em universitários, o capítulo seguinte elaborado por Isabel Cristina Dib Barian, por meio de uma reflexão teórica embasada em diferentes estudos sobre estilos cognitivos, demonstra que o conhecimento desses estilos, apesar de ser considerado como uma dentre as muitas variáveis que podem interferir no processo de ensino-aprendizagem, permite viabilizar práticas educativas mais eficazes que atendam às especificidades do aluno, contribuindo assim para uma formação mais adequada.

O tema Desenvolvimento Interpessoal é tratado por Zilda A. P. Del Prette e Almir Del Prette como uma lacuna nos estudos do contexto universitário. Demonstrando a importância de se articular a competência técnica à social para a capacitação profissional, os referidos autores comentam, nesse capítulo, sua experiência com alunos universitários referente ao Treinamento de Habilidades Sociais, a partir de proposta inovadora de inclusão, no currículo de graduação, da disciplina optativa *Psicologia das Habilidades Sociais: Teoria e Prática*.

Com a finalidade de subsidiar os projetos políticos pedagógicos das instituições e cursos preocupados não só com a preparação profissional, mas também para o crescimento global do universitário (aspectos cognitivos, afetivos e sociais), Camila Alver Fior e Elizabeth Mercuri, utilizando o referencial teórico dos *modelos de impacto*, relatam os resultados de seus estudos sobre a relação entre o envolvimento dos universitários em atividades não obrigatórias (monitoria, iniciação científica, estágios, bolsa-trabalho, eventos e congressos, esportes, representação estudantil, empresa júnior etc.) e as mudanças pessoais ocorridas, motivadas por essas situações.

Motivada por questões relacionadas ao índice de evasão dos universitários e os problemas que usualmente são enfrentados por estudantes, especificamente os decorrentes do stress vivenciado durante a graduação, Graziela Giusti Pachane preocupa-se, no capítulo seguinte, em oferecer contribuições para a compreensão da vivência universitária e de sua influência no desenvolvimento pessoal dos estudantes, entendido no pre-

sente trabalho como auto-confiança, responsabilidade, independência, auto-conceito e sociabilidade. Sob essa perspectiva, a autora enfatiza a importância de a universidade conscientizar-se de seu papel formador no sentido amplo, não só acadêmico e profissional, mas também, e prioritariamente, no desenvolvimento do aluno.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, a partir do interesse pelas especificidades denotadas pela faixa etária identificada como juventude (18-24 anos), relata pesquisa de caráter internacional, desenvolvida em 11 países, destacando os resultados obtidos no Brasil. Caracteriza a percepção dos universitários, de ambos os gêneros e diferentes níveis sociais, quanto aos seus problemas, estratégias de soluções buscadas, auxílios, contribuições e aspectos negativos envolvidos nesse processo.

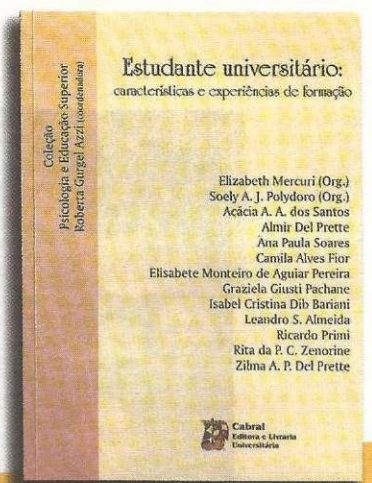
No último capítulo, Elizabeth Mercuri e Soely A. J. Polydoro desenvolvem a temática Evasão no Ensino Superior, considerando-a um campo amplo, interdisciplinar e complexo, centrando sua análise em resultados de estudos realizados de 1994 a 2002 com estudantes da Unicamp. A partir do modelo teórico proposto por Tinto evidenciam a importância, além das variáveis *compromisso com o objetivo de graduar-se* e *compromisso com a instituição*, tal como prescreve a literatura especializada, da variável *compromisso com o curso* (natureza do currículo, área do curso, campo de trabalho etc).

Além dos conteúdos tão competentemente desenvolvidos pelos autores no decorrer de toda a obra, os capítulos são acompanhados por referências bibliográficas atualizadas, tanto nacionais como internacionais, possibilitando ao público alvo condições de maior aprofundamento sobre os temas abordados, localizando suas fontes. Ao final do livro, o currículo-síntese de todos os autores com identificação de acordo com sua formação e linhas de pesquisa em desenvolvimento, permite maior conhecimento dos mesmos, facilitando, inclusive, possíveis aproximações pela divulgação de seus endereços eletrônicos.

Enfim, a obra como um todo oferece aos interessados na temática "Estudante Universitário" um excelente material para estudo, reflexão e aprimoramento profissional. As abordagens teóricas e práticas, as problemáticas levantadas e as estratégias oferecidas demonstram a inserção da universidade e de seus alunos numa realidade concreta e dinâmica, de forma a conscientizá-los de seus papéis sociais para que possam se desenvolver de forma mais plena e saudável. ●

Profa. Dra. Elizabeth Teresa Brunini Sbardelini

Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão Universidade Tuiuti do Paraná



Estudante Universitário: Características e Experiências de Formação.

Elizabeth Mercuri ; Soely A. J. Polydoro (Orgs.)
Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

Estante

A Psicanálise Escuta a Educação

Organização de Eliane Marta Teixeira Lopes. A psicanálise é, neste fim de século, um saber que nos afeta, engaja nossa subjetividade e torna-se disponível aos que se interrogam do mal-estar, interrogam o mal-estar: na cultura, na civilização, de sermos homens e mulheres, de termos sido educados, de estarmos educando. Partilhar dessa interrogação interessa à educação. Autêntica Editora, (31) 3423-3022, 223 págs, R\$ 32,40.

Psicanálise e Psiquiatria com Crianças Desenvolvimento ou Estrutura

O livro de Oscar Cirino oferece a oportunidade de refletir sobre as razões e as consequências da mutação histórica no estatuto da infância e de avaliar todos os seus paradoxos, principalmente na sociedade brasileira. Ao ler esta obra, rica de referências bibliográficas, pareceu-me que a difusão da psicanálise foi um elemento que, sem dúvida, contribuiu para essa mudança de perspectiva sobre a época da infância. Certamente, não mais olhamos as crianças da mesma maneira a partir do momento em que fazemos uma análise. Há aí, entretanto, um ligeiro mal-entendido: uma vez que a psicanálise do adulto não nos ensina nada sobre a infância; o que ela permite é construir o infantil que constitui o núcleo da neurose. Autêntica Editora, (31)3423-3022, 155 págs, R\$ 28,80.

Leitura e Psicologia

Geraldina Porto Witter. Com este livro estamos entregando ao leitor mais uma obra da coleção Psicotemas. Como os anteriores, trata-se de um livro de Autores que foram coordenados por um deles. Há textos de revisão da literatura, de metacência e de relatos de pesquisa. É estruturalmente similar a muitos dos livros que a International Reading Association vem lançando periodicamente desde os anos 80 do século passado como livro de autores. O elo mais forte ligando os textos é o comportamento verbal, notadamente a leitura. Entre os trabalhos predomina a atenção para o universitário, como participante das pesquisas. Em parte, isso decorre do fato de os autores terem integrado a pesquisa apresentada como parte de disciplina cursada na pós-graduação na PUC- Campinas. São trabalhos independentes, de modo que se tem um livro cujos capítulos podem ser lidos sem requerer a leitura prévia dos outros. Esta circunstância torna a obra muito útil para seminários acadêmicos, para complementar relatórios técnico-científicos e para informar o leitor interessado nos assuntos tratados. Espera-se que possa ser útil a muitos e que estimule outros para a pesquisa dos vários aspectos referidos. Especialmente, espera-se que outros jovens pesquisadores tenham curiosidade despertada pelo tema central. Alínea Editora, (19)3232-9340/ 32322319, 198 págs, R\$ 28,00.

Marcas da Latrogenia no Discurso de Profissionais em Hospital-Dia

Luís Gustavo Vechi. O hospital-dia, serviço ainda pouco avaliado no Brasil, é proposto

como tema no livro. Latrogenia e discurso são associados em uma discussão sobre "patologização" da clientela nesse tipo de instituição. Essa discussão é freqüentemente feita para os hospitais psiquiátricos tradicionais, mas ainda não realizada para esse novo tipo de recurso terapêutico. É isso que torna obrigatória e produtiva a leitura desse trabalho, em tempos de reforma na saúde mental. Casa do Psicólogo, (11)3034-3600, 227 págs, R\$ 27,00. Marco Editora e Publicação Ltda.

Os Meninos Fotógrafos e os Educadores Viver na Rua e no Projeto Casa

Carmem Sílvia Sanches Justo. Por mais que se denunciem violências contra a criança, ela ainda é vista por muitos como um ser humano incompleto, inferior. Sem voz social, não é reconhecida como protagonista de sua própria vida familiar ou escolar, sendo submetida a condições desumanas, sofrendo coerções e situações de desprazer totalmente desnecessárias ao seu crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem estar psíquico. Este livro lança um olhar histórico sobre a noção de infância e de assistência à criança, realizando enlaces entre diferentes violências, sejam elas de cunho familiar, cultural ou escolar. A autora estuda a importante questão dos meninos de rua, incluindo as oficinas e vivências realizadas com as crianças estudadas na pesquisa. Editora Unesp, (11) 3242-7171, 237 págs, R\$ 36,00.

Ameaça de Identidade e Permanência da Pessoa

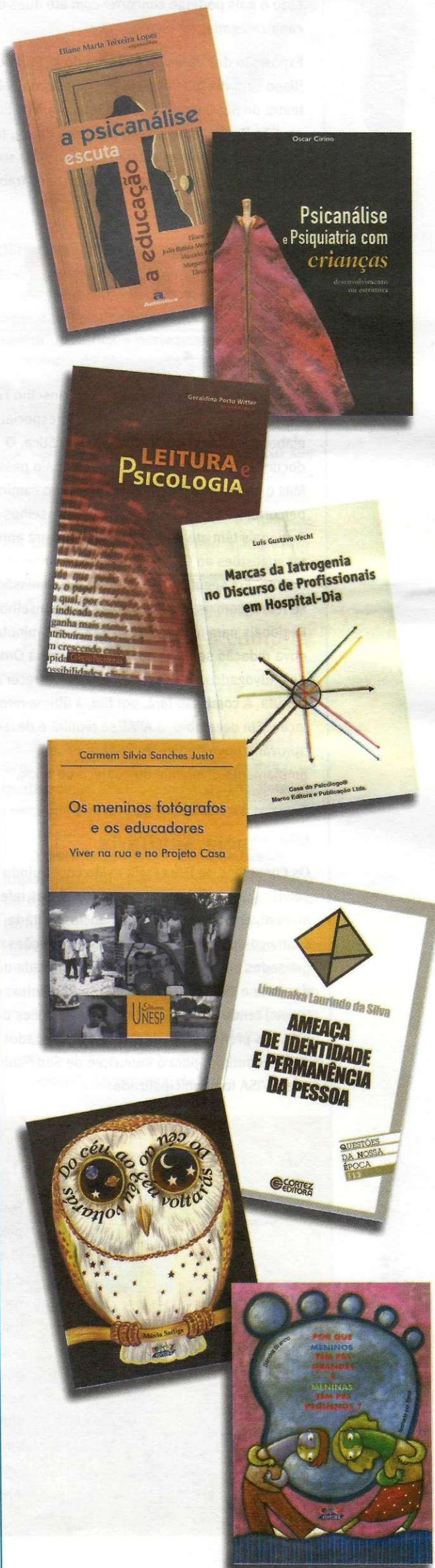
Lindinalva Laurindo da Silva. Esta obra representa uma contribuição importante para a sociologia da doença e para a compreensão das situações em que há risco de perda de identidade, além de ser uma contribuição de história oral numa época em que a medicina era impotente perante a Aids. Ao evidenciar o trabalho interior realizado pelas pessoas para conviver com a doença em fase avançada, o livro analisa a reconstrução do lugar da homossexualidade na vida dos doentes, o exercício que eles fazem consigo mesmos diante da proximidade da morte e as transformações que essa experiência impõe sobre a percepção de suas biografias e de seus destinos. Cortez Editora, (11) 3864-0111, 120 págs, R\$ 12,00.

Do Céu ao Céu Voltará

Márcia Széliga. Literatura Infanto Juvenil. Uma pequena enciclopédia de mitos fundadores do mundo. Não! Não! Nada daqueles livros carrancudos de empoeirada sabedoria. Com fineza, poesia e humor, Márcia Széliga consegue recriar aqui, pelos olhos sensíveis de uma menina, uma série de causos que trazem nova interpretação para o universo. Em especial, ajudam a entender a morte por um novo ângulo: ela não é separada da vida, mas parte integrante da mesma. A autora traz a aceitação da morte, interpretada pelas mais diversas culturas, quando vemos que a mesma não é apartada de nosso cotidiano, como acontece na sociedade ocidental, mas é parte de um trançado completo que se chama viver. Cortez Editora, (11) 3864-0111, 48 págs, R\$ 25,90.

Por que Meninos têm Pés Grandes e Meninas têm Pés Pequenos

Sandra Branco. Literatura Infanto-Juvenil. Esta é uma história sobre pés que foram questionados acerca de sua identidade e lugar no mundo. Será que pés delicados são sempre das meninas e pés grandes são sempre dos meninos? Os pés revelam quem somos? Ou o que queremos ser? Cortez Editora, (11) 3864-0111, 23 págs, R\$ 15,80.



Prêmio Arthur Bispo

Estão abertas as inscrições para o 3º Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Criado por entidades vinculadas à área de saúde mental para valorizar e divulgar os trabalhos dos artistas usuários dos serviços de saúde mental, o concurso deste ano estará aberto para as modalidades de escultura, fotografia, poesia e pintura. O resultado da 3ª edição do Prêmio será divulgado em agosto. Os prêmios são de R\$ 1.500,00 para o primeiro colocado, R\$ 1.000,00 para o segundo colocado e R\$ 500,00 para o terceiro colocado. Os artistas usuários de saúde mental de todo o país poderão concorrer com até duas obras em cada categoria.

Exposição das obras - A abertura do 3º Prêmio Arthur Bispo será dia 9 de agosto, às 19 horas no hall do teatro do SESC Pompéia, rua Clélia, 93, Vila Romana, em São Paulo. A premiação acontece dia 13, também às 19 horas. As obras estarão expostas das 10 às 19 horas do dia 9 a 13 de agosto. Valorize os trabalhos e compareça!

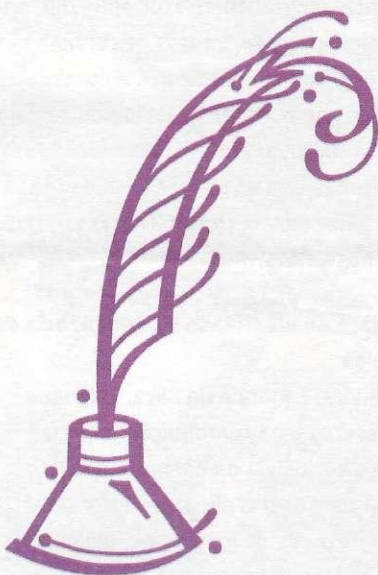
3º PRÊMIO



ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

Código de Ética

Após o Fórum Nacional de Ética, o Conselho Federal de Psicologia compôs uma comissão especial para elaborar a minuta do novo Código de Ética. O documento foi entregue à APAF, em maio passado. Mas o novo Código ainda tem um longo caminho a percorrer até sua promulgação. Os Conselhos Regionais têm até o dia 10 de agosto para apresentar sugestões ao CFP de alteração da proposta da minuta. Em seguida, os membros da comissão vão se reunir com os representantes dos Conselhos Regionais para formular nova versão da minuta. A nova redação será, então, encaminhada à Ordem dos Advogados do Brasil que fará um parecer da minuta. A comissão fará, por fim, a última reformulação. Em dezembro, a APAF se reunirá e deverá aprovar o novo Código de Ética, que será amplamente divulgado no começo de 2005.



Novas Diretrizes Curriculares

Foi bem vista pelo Conselho Federal de Psicologia a iniciativa da Associação Brasileira do Ensino em Psicologia de se reunir com o SESu (Secretaria de Educação Superior), no âmbito do Ministério da Educação, e o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira para discutir as novas Diretrizes Curriculares. A ABEP pretende, a partir desses encontros, buscar elementos para orientar a implantação dos cursos de Psicologia em cada região do país. A Associação pretende estimular a discussão da implementação das novas Diretrizes Curriculares, da forma de avaliação dos cursos e dos critérios para autorizar e reconhecer os novos cursos de Psicologia em todos os Estados brasileiros.

Vigilância Sanitária

Os Conselhos de Psicologia estão construindo parâmetros mínimos de funcionamento dos serviços prestados em consultórios. Essas referências serão oferecidas, na forma de manual, como sugestão à Vigilância Sanitária, que hoje, por falta de uma normatização para o serviço de Psicologia, segue especificações no campo da Medicina. Os parâmetros, pensados no sentido de haver uniformidade de aspectos, referem-se às condições necessárias para o trabalho do consultório (tamanhos de sala, tipo de material usado no atendimento, etc) tendo como referência as legislações do Conselho Federal de Psicologia e da própria VISA. Os profissionais da saúde são obrigados pela Portaria de 22 de abril de 2002 a pagar a taxa. Contudo, para o município de São Paulo, haverá isenção do pagamento para 2004 já que a VISA foi municipalizada.

Qualidade de ensino

Foi aprovado pela APAF campanha pela melhoria da qualidade de ensino dos cursos de Psicologia. Todos os Conselhos estarão envolvidos nesse movimento que prevê a realização de audiências com o INEP, o MEC (a primeira reunião já foi feita, em maio passado, com a Secretaria Superior do Ministério da Educação), acompanhado da CONEP (Comissão Nacional dos Estudantes de Psicologia), da ABEP e do SBPOT (Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho).

V Congresso Nacional da Psicologia

Foram 4 dias de trabalho para definir as diretrizes de ação para os Conselhos de Psicologia no próximo triênio (2004/2007). Estas diretrizes configuram um projeto de futuro para a Psicologia Brasileira. Que futuro é esse? Um futuro de compromisso com as urgências da sociedade brasileira; de fortalecimento do diálogo e do trabalho coletivo entre as diversas entidades da Psicologia; de compromisso com a construção de políticas públicas e com os direitos humanos e a inclusão social. Um compromisso com a qualidade técnica e a ética na prestação de serviço dos psicólogos à população e com a luta, conjunta com a Associação de Ensino de Psicologia, por uma formação de qualidade. Foram 1.099 teses construídas no Brasil todo que, após a sistematização, transformaram-se em 261 teses, apreciadas no V CNP. Agora, elas são um conjunto de deliberações que deverão ser, proximamente, divulgadas a todos. Foram 166 delegados dos 15 Conselhos Regionais de Psicologia. Uma chapa se inscreveu para as eleições, encabeçada pela paulista Ana Mercês Bahia Bock. A delegação paulista esteve formada por 34 delegados e 3 observadores. O V CNP foi transmitido por Internet para todos os psicólogos pelo www.pol.org.br.



I Fórum Paulista discute ensino de Psicologia para professores e alunos

Será realizado, no final do segundo semestre, o I Fórum Paulista de Ensino de Psicologia, promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e com apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Os objetivos principais do I Fórum serão criar o núcleo regional da ABEP em São Paulo, em resposta à determinação da APAF para que o Sistema Conselhos dê logística à Associação, e debater questões ligadas à formação do psicólogo, ao ensino de Psicologia na formação de professores e no Ensino Médio da rede pública estadual. Os psicólogos poderão se cadastrar pelo site www.abepsi.org.br. Psicólogos participem da ABEP! Cadastre-se!



Seminário Nacional de Cursos de Especialização

Será realizado pela ABEP, em São Paulo, em parceria com o Sistema Conselhos de Psicologia, em outubro deste ano, seminário que reunirá os cursos de especialização e os interessados no tema.

O Conselho Federal de Psicologia continua credenciando cursos de especialização com a finalidade de atribuir título de especialista aos psicólogos. De acordo com a Resolução do Regime de Especialista, uma das modalidades de obtenção do título é completar o curso de especialização na área. Os cursos, no entanto, devem ser credenciados pelo CFP, de acordo com as exigências regulamentadas. A ABEP é entidade conveniada para fazer as vistorias e indicar o credenciamento ao CFP.

Os cursos interessados devem procurar a ABEP no telefone (61) 328-4433 ou acessar o site www.abep.org.br

ANPEPP

O Conselho Federal de Psicologia apóia a vinda ao Brasil da professora Patrícia Andrade Palos, chefe da Divisão de Estudos de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional Autônoma do México, para participar do encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), no final de maio, em Vitória, Espírito Santo. Impressionada com o evento onde houve intensa troca de informações e experiências, ela pretende reproduzir a experiência com pesquisadores em seu país.

INFORME PUBLICITÁRIO

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

PARA PSICÓLOGOS

- * Psicologia Hospitalar
- * Psicologia Jurídica
- * Psicologia Organizacional e do Trabalho
- * Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Adultos
- * Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve - Pais-Criança

2 anos - 560 horas

Um encontro semanal/presencial + atividades práticas
Semestralidade: matrícula R\$165,00 + 5 x R\$330,00
Turmas com início em agosto de 2004

Ψ P P E S P

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

Coordenação:
Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho

Proposta pedagógica do Instituto, conteúdo programático dos cursos, relação do corpo docente, horário das aulas e resoluções do CFP sobre Cursos de Especialização no site:

www.ippesp.com.br

CURSOS DE EXTENSÃO

EXPANSÃO CULTURAL PARA PROFISSIONAIS E ALUNOS DAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E AFINS

- * O Amadurecimento Humano em Winnicott
- * Clínica Winnicottiana de Pacientes Polissomatizantes
- * Psicologia e Hospital: Teoria da Técnica
- * A Psicologia nas Organizações: Possibilidades e Limites
- * A Psicoterapia Breve Psicodinâmica: Pais-Criança (para iniciados em Psicoterapia Breve - Adultos)

4 meses/64 horas - Um encontro semanal

4 Mensalidades de R\$132,00
Turmas com início em agosto de 2004

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Vila Mariana - Metrô Santa Cruz - PABX (11) 5594.1226

visite
nosso
site

www.crpssp.org.br

INSCRIÇÕES ABERTAS
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
COORDENAÇÃO: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1)
e Walkíria Del Picchia Zanoni (CRP 5039/6.a)
INÍCIO: 02 de setembro de 2004 / DURAÇÃO: 6 semestres
HORÁRIOS: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 5ª feira: das 18h às 21h
INFORMAÇÕES: 11 3864-2330 / 3865-0017
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu / SP

Sociedade Brasileira Romain - Thiers

Formação em Sociopsicomotricidade
Romain - Thiers.
Início: 27/07/04
Tel/fax: (11) 5572-1791/ 4432-1112
e-mail: helomuneratti@uol.com.br

Cursos de
Expansão
Cultural
SEDES SAPIENTIAE
Matrículas Abertas para
51 cursos do
segundo semestre 2004
nas áreas de Psicologia,
Saúde, Educação
e Filosofia
Informações detalhadas estão
disponíveis em: www.sedes.org.br
R. Ministro Godoy, 1484
Perdizes - São Paulo/SP
Tel: 3866-2730/31/32/34